

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

LAURA COSTA PEREIRA

**ENTRE AUTORITARISMO E LIVRE MERCADO: AS CONTRADIÇÕES DO
PROJETO LIBERAL NO CHILE DE PINOCHET**

CAMPINAS

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
FACULDADE DE ECONOMIA

**ENTRE AUTORITARISMO E LIVRE MERCADO: AS CONTRADIÇÕES DO
PROJETO LIBERAL NO CHILE DE PINOCHET**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Economia do Centro de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Antonio Carlos A. Lobão

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizziolli Pires CRB 8/6920
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

320.983 Pereira, Laura Costa
P436e

Entre autoritarismo e livre mercado: as contradições do projeto liberal no Chile de Pinochet / Laura Costa Pereira. - Campinas: PUC-Campinas, 2023.

55 f.: il.

Orientador: Antonio Carlos de Azevedo Lobão.

TCC (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Economia e Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Chile - Política e governo. 2. Pinochet Ugarte, Augusto, 1915-2006. 3. Neoliberalismo. I. Lobão, Antonio Carlos de Azevedo. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Economia e Negócios. Faculdade de Ciências Econômicas. III. Título.

23. ed. CDD 320.983

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
FACULDADE DE ECONOMIA

ENTRE AUTORITARISMO E LIVRE MERCADO: AS CONTRADIÇÕES DO
PROJETO LIBERAL NO CHILE DE PINOCHET

Dissertação defendida e aprovada em 12 de Dezembro de 2023 pela comissão
examinadora:

Prof. Ms. Antonio Carlos A. Lobão
Orientador
Pontificia Universidade Católica de Campinas

Prof. Dr. José Alex R. Soares
Professor convidado
Pontificia Universidade Católica de Campinas

CAMPINAS

2023

RESUMO

A ditadura de Pinochet, que se iniciou em 1973 no Chile, pode ser considerada como o início da primeira “experiência” neoliberal vista no mundo. O experimento neoliberal chileno acompanhou uma nova fase do capitalismo internacional: era o fim do keynesianismo, a derrota do Estado de bem-estar social e a vitória de uma nova versão do liberalismo econômico. Com isso, o Chile, que possuía uma forte tradição republicana e o primeiro presidente de esquerda democraticamente eleito da região, se viu obrigado, a partir de um modelo político autoritário, a adotar novas estratégias econômicas que transformaram o país no âmbito político, social e econômico. Este trabalho busca entender qual era o contexto que levou ao surgimento do neoliberalismo, e como foi a sua implementação no Chile sob o governo de Pinochet, a fim de demonstrar as contradições que essas políticas para a implantação desse modelo causaram no país, uma vez que não foram capazes de garantir um real desenvolvimento econômico para sua população, além do fato que, apesar do modelo neoliberal ter como base ideológica a defesa do livre-mercado e da liberdade individual, somente pode ter sido implementado no país sob a égide de uma ditadura militar extremamente autoritária e violenta.

Palavras-chaves: Pinochet, Neoliberalismo, Chile, Autoritarismo, Desenvolvimento.

ABSTRACT

Pinochet's dictatorship, which began in 1973 in Chile, can be considered as the beginning of the first neoliberal “experience” seen in the world. The Chilean neoliberal experiment accompanied a new phase of international capitalism: it was the end of Keynesianism, the defeat of the welfare state and the victory of a new version of economic liberalism. As a result, Chile, which had a strong republican tradition and the first democratically elected left-wing president in the region, found itself forced, based on an authoritarian political model, to adopt new economic strategies that transformed the country politically, socially and economically. This work seeks to understand what was the context that led to the emergence of neoliberalism, and how it was implemented in Chile under Pinochet's government, aiming to demonstrate the contradictions these policies caused in the country, one they were not able to guarantee real economic development for their population, and even though neoliberal model has as its ideological basis the defense of the free market and individual freedom, it could only have been implemented in the country under the aegis of an extremely authoritarian and violent military dictatorship.

Key-Words: Pinochet, Neoliberalism, Chile, Authoritarianism, Development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1) OS ANOS DOURADOS DO CAPITALISMO: SURGIMENTO E CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL.....	3
1.1) Os anos dourados e a hegemonia norte-americana.....	3
1.2) Década de 1970: a derrota do keynesianismo e surgimento do neoliberalismo.....	10
1.3) Os primeiros passos do projeto neoliberal na América Latina.....	15
2) A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL CHILENA.....	19
2.1) O golpe: Relações Internacionais e Influências Ideológicas.....	19
2.2) Reformas Econômicas e Transformações no Âmbito Social.....	24
3) A REALIDADE PÓS NEOLIBERALISMO: OS RESULTADOS DO EXPERIMENTO CHILENO.....	33
3.1) Transformações Econômicas pós-Neoliberalismo: redemocratização e a vulnerabilidade externa.....	33
3.2) Democracia e Autoritarismo: Relações com o Neoliberalismo.....	40
CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

A ditadura de Augusto Pinochet, instaurada em 11 de setembro de 1973, marcou o início da primeira “experiência” neoliberal vista no mundo. Com a implantação de uma política econômica que sofria forte influência dos Estados Unidos e de pensadores liberais, como Milton Friedman, o Chile, que vinha de uma tradição republicana e democrática, passou por uma brutal transformação econômica, política e social. O experimento neoliberal chileno acompanhou uma nova fase do capitalismo internacional: era o fim do keynesianismo, a derrota do Estado de bem-estar social e a vitória de uma nova versão do liberalismo econômico.

Passados exatos 50 anos desse experimento, o neoliberalismo conseguiu se expandir mundo afora, tornando-se o novo pensamento econômico hegemônico da nossa sociedade. Seja no Chile com Pinochet, ou no Reino Unido com Margaret Thatcher, ou até mesmo no Brasil com FHC, será que é possível afirmar que esse novo pensamento econômico contribuiu ativamente para o desenvolvimento econômico de suas sociedades?

A partir da análise da experiência chilena, o objetivo deste trabalho é apresentar o processo de instauração do neoliberalismo no país - analisando as principais políticas adotadas pelo governo durante os 17 anos de ditadura - para então avaliar se os seus resultados dessas efetivamente contribuíram para o desenvolvimento da sua economia.

Além disso, buscaremos entender qual a relação entre neoliberalismo, que ideologicamente tem na liberdade dos indivíduos um de seus pilares fundamentais, com um governo extremamente autoritário, como o governo Pinochet, a fim de analisar se poderíamos estar assistindo, ali, o início de uma relativização da democracia como se conhecia até então e do fortalecimento dos laços entre o livre mercado e o autoritarismo político.

Para cumprir esses objetivos vamos, primeiramente, analisar o desenvolvimento dos chamados “Anos Dourados do Capitalismo”, período que se estendeu do pós-guerra mundial até meados dos anos 1970, a crise desse modelo e as críticas ao papel do Estado e a ascensão de governos com propostas, em muitos casos antagônicas, como os governos Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos, quando se inaugurou o modelo neoliberal que conhecemos ainda atualmente. Essa análise inicial é importante para entender de que forma o neoliberalismo se contrapõe ao modelo que ficou conhecido como “Estado de Bem-Estar Social”, e que havia sido diretamente

responsável pela reconstrução econômica da Europa e do Japão, além de ter contribuído para o fortalecimento da economia e da sociedade norte-americana.

Posteriormente, passaremos para a análise do experimento neoliberal chileno, iniciando com uma breve revisão do projeto nacional-desenvolvimentista da Unidade Popular, de Salvador Allende, e que foi abortado pelo golpe militar de 11 de setembro de 1973. Feito isso, analisaremos o desenvolvimento do novo governo militar, analisando as principais políticas adotadas pela ditadura militar, assim como os objetivos e crenças que esse novo governo defendeu ao longo do período em que esteve no poder.

Finalizaremos com uma análise sobre os impactos desse modelo econômico neoliberal no Chile que nos permitirá responder às perguntas colocadas inicialmente: com a implantação de políticas neoliberais a partir de 1973, o Chile foi capaz de alcançar um nível de desenvolvimento econômico maior do que estava antes da ditadura? E procurar responder também por que, o neoliberalismo, que tem como fundamento ideológico o livre mercado e as liberdades dos indivíduos, somente pôde ser viabilizado sob a tutela de uma das mais violentas ditaduras de toda a história da América Latina.

1) OS ANOS DOURADOS DO CAPITALISMO: SURGIMENTO E CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

1.1) Os anos dourados e a hegemonia norte-americana

O fim da segunda guerra mundial deu início a uma nova e importante etapa do capitalismo ocidental. Com a vitória dos aliados, representados principalmente pelos Estados Unidos, Inglaterra e França, deu-se início a uma nova ordem política internacional. A derrota da Alemanha abriu caminho a um vácuo de poder, o qual não apenas foi rapidamente preenchido como, também, transformado em uma nova hegemonia econômica, política e social (HOBSBAWN, 1995).

Dessa forma, com a ascensão dos Estados Unidos como grande potência e a destruição material e econômica do continente europeu, até então palco da evolução industrial e centro da ordem mundial, o panorama social, político e econômico do sistema internacional tomou uma grande virada. Os Estados Unidos, saindo da guerra como o grande credor internacional e o maior exportador de bens de consumo e alimentos do mundo, encontrou uma oportunidade para tornar-se a grande potência hegemônica do sistema internacional. Com um novo inimigo “plantado” na Eurásia, os norte-americanos precisaram tomar medidas para vencer uma nova batalha, a guerra-fria.

Sendo assim, a partir de 1945 e durante os trinta anos subsequentes, deu-se início ao que hoje ficou conhecido como “os Anos Dourados”, período da história norte-americana e europeia de grandes taxas de crescimento econômico, alta empregabilidade e muitos investimentos sociais. O grande desastre da guerra deixou claro para as grandes potências a ineficácia do liberalismo econômico e que, portanto, seriam necessárias mudanças que evitassem o acirramento das relações comerciais entre os países.

Os anos dourados tiveram seu pontapé inicial na Conferência de Bretton Woods, em 1944, antes mesmo do final da guerra. Foi ali que as principais potências mundiais se encontraram para discutir as novas regras econômicas, comerciais e financeiras do novo sistema internacional que viria a ser formado (OLIVEIRA et al, 2008). Dessa forma, fundou-se o novo “espírito do capitalismo”, no qual medidas como a regulamentação financeira, indexação das taxas de câmbio internacionais ao dólar e paridade fixa do dólar ao ouro, foram criadas. As intervenções estatais na economia foram defendidas e colocadas como centrais para um bom funcionamento das economias nacionais. Houve, também, a criação de novas instituições financeiras e

econômicas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que teriam a função de garantir a estabilidade monetária e suportar a reconstrução dos países destruídos pela guerra (BELLUZZO, 2016).

O grande objetivo dessa conferência era, portanto, criar meios para que o Estado nacional tivesse a capacidade de manejar políticas que garantissem o desenvolvimento econômico dos seus países, de forma que as decisões e, portanto, a construção da nova ordem internacional, fosse feita de maneira multilateral, deixando o dólar como moeda centralizada. Ou seja, buscava-se

constituir uma ordem econômica internacional capaz de alentar o desenvolvimento, sem obstáculos, do comércio entre as nações, dentro de regras monetárias que garantisse a confiança na moeda-reserva, o ajustamento não deflacionário do balanço de pagamentos e o abastecimento de liquidez requerido pelas transações em expansão (BELLUZZO, 2016, p.12).

Entretanto, a ideia de uma nova ordem internacional multilateral e equilibrada ficou longe de se concretizar, tendo em vista o grande poderio que apenas os Estados Unidos acumularam logo no fim da guerra, sendo não só o maior credor mundial (além de ter mais de 2/3 das reservas mundiais de ouro) como também estando intacto após o fim da maior guerra que assolou o continente europeu. As bases para a construção da sua hegemonia, portanto, estavam dadas. Faltava, agora, garantir que seus aliados, com seus territórios destruídos e economias em pedaços, se reconstruíssem e contribuíssem para a expansão da nova ideologia norte-americana.

Nasceu, assim, o Plano Marshall, plano econômico colocado em prática em 1947 durante o governo Truman (1945-1953) que visava injetar investimentos nos países Europeus, contribuindo para sua reconstrução e fortalecimento de suas capacidades bélicas e, ao mesmo tempo, evitando a expansão da União Soviética e sua ideologia comunista pelo continente. Dava-se início, de fato, à guerra fria, conflito em que o capitalismo, representado pela hegemonia norte-americana, buscava a derrota do socialismo, representado pela União Soviética. Sobre essa dicotomia, Gaspar (2015) escreveu:

De um lado, o Pacto de Varsóvia, uma aliança militar formada pela URSS e os países socialistas do leste europeu, com exceção da Iugoslávia (...). De outro, a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, que uniu as nações capitalistas da Europa Ocidental e os Estados Unidos para prevenir e defender

países membros de eventuais ataques vindos do leste comunista. (GASPAR, 2015, p. 268)

O objetivo era garantir a estabilidade do ocidente, oferecendo o suporte necessário à Europa para que ela não precisasse da ajuda soviética. Logo, com a entrada dos investimentos norte-americanos na reconstrução do continente Europeu, os Estados Unidos conseguiram tornar-se os verdadeiros donos do capitalismo, transformando os mercados europeus e deixando-os à mercê dos interesses econômicos das indústrias norte-americanas.

Dessa forma, com o discurso de defesa pela liberdade e da democracia, os Estados Unidos deram início a um novo período da sua política externa, com grandes episódios intervencionistas, inclusive em guerras, como a da Coreia e do Vietnã, sempre com o objetivo de derrotar o totalitarismo comunista, taxado como o grande inimigo mundial na época.

No plano econômico, juntamente com as novas regras definidas em Bretton Woods, a maior atuação do Estado na economia e a ideia do planejamento centralizado na figura do Estado, foram fatores determinantes no período pós-guerra para o sucesso da hegemonia norte-americana. Era o Estado de bem-estar social que nascia, o qual viria para garantir a industrialização e a modernização das economias, mas mantendo os interesses da população como prioridade na agenda política econômica. Logo,

além dos instrumentos de política monetária e fiscal, o Estado também passou a regular/administrar o capitalismo, ou seja, promoveu uma verdadeira reforma do capitalismo. (...) assim, o Estado toma para si a responsabilidade de garantir o crescimento econômico e incorporar a classe trabalhadora nesse processo, daí gerando seu compromisso com a seguridade social e o pleno emprego (TRINTIN; ROSSONI, 1999, p.51).

Surgia, então, o que se pode chamar de pacto social tripartite, ou, o acordo mútuo entre Estado, população e empresários. Essa era a grande base para a existência do Estado de bem-estar social, onde os empresários ofereciam os empregos com salários dignos e aceitáveis, com repasse parcial dos ganhos de produtividade e investimentos na capacidade produtiva, e os trabalhadores garantiam o cumprimento do seu trabalho, além de acordarem com reivindicações moderadas e dentro dos marcos das economias de mercado; já o governo cumpria o papel de avaliar as condições dessa relação e, a partir de um sistema tributário, utilizar as receitas fiscais, transformando-as em bens e serviços públicos para a população (GASPAR, 2015). Com isso, o Estado conseguiu limitar o poder sindical e as reivindicações de modo que não desequilibraram

os interesses empresariais e, ao mesmo tempo, manter os trabalhadores mais distantes das ideias socialistas que ganhavam espaço do outro lado do mundo. Era um pacto que gerava vantagens para todas as partes, como demonstra Gaspar:

Constitui-se, assim, um poderoso círculo virtuoso em que cada elemento potencializa e é alimentado pelos demais. Crescimento econômico, elevação da produtividade, investimento estatal, incorporação dos trabalhadores aos frutos do progresso, são todos fatores que o Estado do Bem-Estar Social veio consolidar politicamente. Para os assalariados, a redistribuição de renda traduziu-se em garantias trabalhistas, previdência e assistência social, educação e saúde subsidiadas, habitação popular, mobilidade e acessibilidade urbanas, equipamentos públicos de lazer (GASPAR, 2015, p. 270).

Com o Estado intervencionista e planejador, a população passou a ter a possibilidade de aderir ao endividamento para o consumo, uma vez que suas necessidades básicas passaram a ser garantidas pelo Estado. Isso, por sua vez, estimulou a produção e a expansão dos mercados, garantindo maior giro da economia. Além do mais, os novos instrumentos sociais, como sistema de crédito ao consumidor, salário mínimo legal, universalização do sistema previdenciário público e adoção do seguro-desemprego permitiram a construção de um fundo público que “passou a ser o pressuposto do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio de gastos sociais” (TRINTIN; ROSSONI, 1999, p.52).

Logo, juntamente com o aumento dos gastos públicos e investimentos, outro grande motivo para os grandes crescimentos durante esse período foi a criação de um novo sistema financeiro, capaz de alargar a oferta de crédito. A criação do Federal Reserve (FED), que assumiu a figura de emprestador no sistema internacional, e de controle da oferta de moeda, contribuiu para a “oferta de moeda tornar-se elástica, dado que não é mais restrita ao ouro disponível” (TRINTIN; ROSSONI, 1999, p.53). Aqui, fica claro que a conversibilidade de ouro para dólar fixada no acordo de BW deixou de ser verdadeira, mas isso ocorreu devido à expansão dos meios de pagamento, dependendo apenas da demanda por moeda. Ou seja, se há um aumento na demanda por moeda, a oferta se ajusta a essa necessidade. Portanto, “no pós-guerra, o Banco Central é o agente monetizador do sistema; é ele quem viabiliza os gastos públicos e privados” (TRINTIN; ROSSONI, 1999, p.53).

Na Europa e no Japão, as taxas de crescimento foram em grande parte incentivadas pelo Plano Marshall e a desvalorização das suas moedas, o que permitiu a expansão das suas exportações. “A liquidez do sistema internacional, por sua vez, foi garantida pelos constantes déficits no balanço de pagamentos dos Estados Unidos” (TRINTIN; ROSSONI, 1999, p.53), que tinham essa capacidade devido a sua posição de credor e dono da moeda internacional, o dólar.

O pós-guerra também foi um período de grande organização sindical, com maior reivindicação de direitos trabalhistas e participação política. Assim, não só o Estado passou a contribuir para garantir melhores condições de trabalho, como os próprios trabalhadores passaram a ter maior voz para garantir seus direitos, como a valorização salarial. Assim,

o salário, então determinado através da contratação coletiva, deixou de ser considerado exclusivamente um custo para as empresas; tornou-se, crescentemente um elemento da demanda global, e conjuntamente com a legislação do salário mínimo, teve importante papel na elevação do padrão de consumo (TRINTIN; ROSSONI, 1999, p.54).

Os países ocidentais, então, atingiram, ao longo da década de 50 e 60, grandes taxas de aumento salarial, como: 2,72% a.a. nos EUA, entre os anos de 1947 e 1973, e entre 1960 e 1973, 5% a.a. na França, 3,5% a.a. no Reino Unido, 6,5% a.a; na Itália e 5,3% a.a na Alemanha Ocidental (TRINTIN; ROSSONI, 1999, p.54). Ao mesmo tempo, tanto o esquema de investimentos do Plano Marshall, como o fortalecimento dos Estados nacionais permitiram a rápida modernização e reconstrução industrial dos países europeus e do Japão, contribuindo para a retomada do comércio internacional.

Segundo Hobsbawm (1995), havia duas principais características dos anos dourados que fizeram com que ele permitisse uma verdadeira “reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia”. Primeiro, a criação de uma economia mista, onde os Estados conseguiam mais facilmente planejar e administrar a modernização de suas economias e o grande aumento da demanda. Os países que mais cresceram no período (como a França, Espanha, Japão) são todos de economias em que os governos tiveram papel central em garantir a reconstrução industrial e econômica. Ainda, as políticas sociais, que visavam a diminuição da desigualdade, contribuíram para o surgimento de um mercado de bens de consumo em massa, visto que agora os trabalhadores conseguiam usar uma menor proporção dos seus salários com bens essenciais.

O segundo ponto apresentado pelo autor dizia respeito a alterações ocorridas na divisão internacional do trabalho devido ao aumento da capacidade produtiva mundial. Dessa forma, ao passo que a industrialização já chegava nos países em desenvolvimento, como na América Latina e na África, os países ocidentais industrializados mantinham relações comerciais com esses países, obtendo grandes vantagens, visto que os termos de troca os favoreciam. Apesar disso, Hobsbawm (1995) aponta que o que mais influenciou a economia foi o comércio de industrializados, mas entre os próprios países centrais industriais, em que o comércio mundial de manufaturas multiplicou-se mais de 10 vezes em vinte anos a partir de 1953. Assim, “a era de ouro continuou ancorada nas economias dos países-núcleo do capitalismo (...) apesar disso, a nova revolução industrial não estava restrita a nenhuma região” (HOBBSAWM, 1995, p. 211).

Os países em desenvolvimento (ou de terceiro mundo, como eram conhecidos na época), ficaram limitados a iniciar seu processo tardio de industrialização. Mesmo assim, as trocas comerciais continuavam a beneficiar os países do centro, uma vez que estes, com indústrias mais avançadas e o suporte dos governos com políticas protecionistas, conseguiam garantir maiores vantagens comerciais.

Ainda, é importante ressaltar que, em grande parte, o surgimento do sistema de Bretton Woods e a expansão das suas premissas só se tornou possível devido aos grandes esforços norte-americanos em impedir a expansão comunista da União Soviética. Por isso, os efeitos diretos de crescimento e desenvolvimento econômico causados pelo Estado de Bem-Estar social foram vistos nos países onde essa ameaça se via mais direta. Logo, os países periféricos, como os latinos, ainda que dentro do radar dos EUA, não foram palco direto do que ocorreu na Europa. O foco principal estava em derrotar o grande inimigo através do enfraquecimento do seu poderio regional e, a América Latina, nesse quesito, não representava uma ameaça tão urgente. Por outro lado, apesar de fora do foco da hegemonia, o século XX, principalmente a partir dos anos de 1930, foi um período de transformações que deixaram grandes marcas no desenvolvimento latino-americano.

Como exposto por Bresser-Pereira, o período entre 1930 e 1970 foi um período marcado por grandes taxas de crescimento nos países latino-americanos. Com a recessão internacional, em 1930, os países passaram a adotar estratégias de desenvolvimento nacional, impondo políticas protecionistas a suas indústrias. Os Estados, por sua parte, iniciaram grandes investimentos em infraestrutura e em

indústrias de bases, fornecendo a estrutura necessária para o desapontamento das industrializações tardias dos países do continente. Era a estratégia nacional-desenvolvimentista:

Esse nome tinha por objetivo enfatizar que, em primeiro lugar, o objetivo básico da política era promover o desenvolvimento econômico e, em segundo lugar, para que isso acontecesse, a nação – ou seja, os empresários, a burocracia do Estado, as classes médias e os trabalhadores unidos na competição internacional - precisavam definir os meios para alcançar esse objetivo no âmbito do sistema capitalista, tendo o Estado como o principal instrumento de ação coletiva (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.6).

Outro marco de grande importância para o desenvolvimento latino-americano no período do pós-guerra foi a formação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a CEPAL, logo após a segunda guerra. Um de seus principais legados foi a criação de uma teoria econômica que explicasse a posição de subdesenvolvimento dos países latinos e uma visão nacionalista do desenvolvimento econômico baseada na crítica da relação “centro-periferia” (BRESSER-PEREIRA, 2010). Surgia, assim, a primeira teoria sobre desenvolvimento econômico para explicar a realidade latino-americana a partir das experiências e realidades latino-americanas. Alguns dos pontos levantados pela teoria estruturalista cepalina foram:

A crítica da lei da vantagem comparativa no comércio internacional, o caráter dualista das economias subdesenvolvidas com oferta ilimitada de mão-de-obra, o papel do Estado na produção de poupança forçada e no investimento direto em setores chave, a existência de uma inflação estrutural e a proposta de uma estratégia nacional-desenvolvimentista baseada na industrialização por substituição de importações (BRESSER-PEREIRA, 2020, p.7).

Era uma questão urgente dada a existência de teorias que falavam apenas do ponto de vista europeu/países desenvolvidos, e que foi de suma importância para a fomentação dos movimentos de estruturação dos Estados nacionais e da própria indústria interna no continente latino-americano.

O conceito de substituição de importações, por exemplo, foi um importante alicerce na luta pela defesa da indústria nacional e do desenvolvimento interno, uma vez que incentivava a diversificação da estrutura produtiva e, conseqüentemente, garantia maiores ganhos comerciais, visto que, à medida que as indústrias se desenvolviam e passavam a produzir itens de maiores complexidades e valores agregados mais altos, os ganhos do comércio também seriam maiores. Entretanto, por mais que a CEPAL

buscasse oferecer novos meios de desenvolvimento aos países latino-americanos, as novas ideias foram fortemente contestadas e repudiadas pelas elites locais, principalmente a elite local tradicional, formada pelos grandes latifundiários que comandavam a economia dos países latino-americanos (GONÇALVES, 2014). Entretanto, não era esse o único empecilho no nosso continente. Segundo Gonçalves (2014), os anos de 1960 também foram desafiadores:

O fato é que os empecilhos das elites locais eram pequenos perto dos que viriam nos anos 60 com o surgimento de vários golpes de Estado, o que gerou um recuo da esfera pública nacional e da cooperação mercantil na região, fortalecendo, ao invés, a competição entre os países da região e agravando a dependência de importações. Como não havia uma estratégia de integração local, se produzia em excesso os mesmos produtos, o que resultou num desequilíbrio no balanço de pagamentos da região (GONÇALVES, 2014, p. 118).

Os anos de 1960, portanto, “inauguraram” o período das ditaduras latino-americanas, com grande intervenção norte-americana, visto o medo da aproximação da ameaça socialista, após a ocorrência da Revolução Cubana (TRASPDINI; MANDARINO, 2013).

1.2) Década de 1970: a derrota do keynesianismo e surgimento do neoliberalismo

Apesar dos grandes impactos econômicos, sociais e políticos, a onda keynesiana do pós-guerra encontrou seu esgotamento a partir dos anos 1960, até chegar de fato ao seu fim na década de 1970, quando se deu o início de uma nova onda político-econômica, o neoliberalismo. A expansão da hegemonia norte-americana, na medida que garantia a reconstrução dos mercados internacionais, incentivava as transações financeiras mediadas pelo dólar e a expansão das suas empresas tanto levou à glória dos anos dourados como, também, abriu caminho para sua própria derrota.

A reconstrução dos países europeus e do Japão e o desenvolvimento industrial tardio das potências emergentes ao longo das duas primeiras décadas do pós-guerra, que logo passaram a representar grandes concorrentes à expansão da própria indústria norte-americana, ocupando cada vez mais espaço no comércio internacional (BELLUZZO, 2016). Sendo assim, os EUA não mais tinham a capacidade de garantir a plena sustentação do dólar como moeda internacional, visto que, agora, a balança de pagamentos norte-americana passava a apresentar resultados cada vez mais deficitários e a oferta de dólares no cenário internacional tornava-se cada vez mais excessiva.

Esse problema, conhecido como “dilema de Triffin” (Triffin, 1972), expõe um ponto muito crítico do que Bretton Woods construiu ao longo das décadas posteriores à segunda guerra mundial. A confiança no dólar como moeda universal, portanto, decrescia a cada momento, visto que se tornava cada vez mais difícil a crença no seu lastro, ou credibilidade, como moeda convertível em ouro. O dilema era claro: ou os EUA paravam a emissão de dólares, buscando a proteção do seu lastro, ou seguiriam emitindo excessivamente, arriscando a confiabilidade da moeda.

Importante lembrar que a manutenção da convertibilidade do dólar em ouro durante o período pós segunda guerra só foi uma realidade devido à posição de credor mundial dos EUA no final dos anos 1950. Entretanto, os anos 1960 representaram uma alteração da posição mundial norte-americana, quando os mesmos se tornaram grandes devedores do sistema internacional. Isso ocorreu devido à grande agenda de gastos públicos do governo norte-americano no período, como com a guerra do Vietnã, e, também, uma maior concorrência no comércio internacional com a reconstrução e expansão das indústrias alemã e japonesa.

Nesse contexto, ainda se soma a latente expansão do Euromercado na Europa, que contribuiu para uma maior circulação de dólares por meio de transações financeiras ilimitadas, enfraquecendo o sistema de estabilidade de Bretton Woods. Dessa forma, o dólar, até então figura central de manutenção e estabilidade, passou a representar o ponto fraco da existência da hegemonia norte-americana:

A velocidade de circulação do ouro, mais a cooperação internacional estruturada para sustentar o regime, atribuiu sobrevida ao Sistema, ante a inobservância de todas as condições para a sua sobrevivência, condição que lhe conferia um caráter intrinsecamente autofágico. A expansão do multiplicador monetário do dólar decorrente do desenvolvimento do circuito *offshore* do eurodólar, que também concorreu no sentido de problematizar ainda mais os controles sobre os fluxos internacionais de capitais, mais a expansão monetária americana utilizada para financiar o déficit d seu balanço de pagamentos, afetou a credibilidade do público em relação ao regime de convertibilidade (...) (OLIVEIRA et al, 2008, p. 210).

Nesse contexto de desorganização, os padrões para um novo modelo econômico começaram a aparecer, visto a grande “expansão do circuito financeiro internacionalizado” (BELLUZZO, 2016, p.15). Com a perda de confiança na posição dominante do dólar como moeda central, os agentes econômicos passaram a realizar

operações financeiras que cada vez mais saíam do controle dos bancos centrais. Belluzzo aponta que o significativo aumento do endividamento, decorrente da crescente tomada de empréstimos, foi um indicativo claro dos riscos em ascensão, sinalizando que o sistema de Bretton Woods já não conseguia garantir a estabilidade que antes promovia.

A incerteza do valor do dólar cada vez mais crescente fez com que os EUA, em 1971, anunciassem o fim da convertibilidade do dólar em ouro, além de adotarem uma série de restrições às suas importações. Assim, duas das grandes centralidades de Bretton Woods – o padrão dólar-ouro, que oferecia estabilidade cambial e incentivava o comércio internacional e a aproximação entre as nações – foram abandonadas, anunciando ao mundo a chegada do esgotamento final do sistema econômico que se conhecia até então. Entretanto, o que viria a se formar a partir desse momento apenas contribuiu para o fortalecimento do poderio norte-americano, uma vez que retirava qualquer restrição formal das suas políticas econômicas.

O pós 1973, portanto, deu início a um grande movimento de financeirização das relações comerciais e expansão de medidas econômicas liberais. As taxas de câmbios deixaram de ser fixas, atribuindo grande volatilidade aos movimentos cambiais, e a livre mobilidade dos capitais voltou a vigorar, permitindo, novamente, o acirramento da velocidade das trocas financeiras e a supervalorização do sistema financeiro na forma das bolsas de valores. O ano de 1979, por sua vez, marcado pelo aumento das taxas de juros pelo banco central norte-americano, indicou a retomada da política do dólar forte, colocando fim a qualquer resquício das convenções e regras desenhadas durante a onda keynesiana (Belluzzo, 2016).

Nascia, assim, o neoliberalismo. Efetivamente, suas bases teóricas podem ser remetidas aos anos 1940, quando, com o fim da segunda guerra mundial, o economista Friedrik Hayek formou a Sociedade de Mont Pèlerin, com o propósito de “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p.1). Com o confronto direto aos valores do novo sistema modelado no mesmo período, os pensadores neoliberais temiam as ameaças que uma maior regulamentação social, nas mãos do Estado de bem-estar social, representaria para as liberdades individuais e a concorrência. Assim, embora não tenham encontrado espaço no imediato pós Segunda Guerra Mundial, diante das lembranças tão recentes dos perigos do acirramento das

relações comerciais, o neoliberalismo encontrou sua porta de entrada no mundo nos anos 1970, com o início da crise de Bretton Woods.(ANDERSON, 1995).

Para esses pensadores, eram claras as razões da nova recessão que o mundo atravessava. O maior poder dado aos sindicatos e ao movimento operário teria afetado as bases de acumulação capitalista, haja vista as grandes pressões por melhores direitos trabalhistas, aumentos salariais e crescentes gastos sociais por parte dos Estados (ANDERSON, 1995). Com uma maior participação política dos trabalhadores, os lucros das empresas foram aos poucos destruídos, gerando processos inflacionários e a própria recessão. A receita neoliberal, no entanto, era clara e direta:

Manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (ANDERSON, 1995, p. 2).

Com uma proposta de uma nova ideologia político-econômica, o neoliberalismo deu início a sua expansão mundial. Seria necessária uma mudança total dos pensamentos e crenças que até então vigoravam no mundo político e, para isso, foi necessária a obtenção de mais aliados que fossem abertamente -ou explicitamente - contrários a qualquer tipo de intervenção estatal fora dos quadros neoliberais nas economias. Nesse contexto, os papéis de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA, foram indispensáveis para consolidar a nova ideologia mundo afora. Em pouco tempo, o que eram medidas adotadas apenas por governos explicitamente liberais e da extrema direita, foram sendo normalizadas e adotadas como regra geral. O neoliberalismo, de fato, tornava-se a ideologia dominante:

No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a socialdemocracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da socialdemocracia. Depois, os governos

socialdemocratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais (ANDERSON, 1995, p.5).

A desregulamentação financeira, por sua vez, colocou-se como ponto central no plano de retorno dos lucros empresariais. Dessa vez, no entanto, seria a vez dos lucros até então inimagináveis, incentivando cada vez mais um processo de concentração e centralização de capitais nas mãos de poucas empresas. Os mercados de capitais agora podiam ser regidos unicamente pela lógica do capital e pelas regras do capitalismo concorrencial, inibindo qualquer esforço estatal em garantir um equilíbrio mínimo de ganhos e perdas entre os agentes econômicos envolvidos – inclusive, claro, os trabalhadores.

Ao mesmo tempo, a lógica do Estado mínimo e a ineficácia da atuação estatal impediam que os Estados conseguissem qualquer tipo de liberdade legítima -aos olhos das suas populações - para remediar ou limitar as consequências causadas pela total supremacia dos mercados de capitais. O resultado são Estados impotentes e sem manobra de escape para lidar com as estratégias da nova economia de mercado, sem liberdade, até mesmo, para redesenhar suas políticas monetária, fiscal e cambial (BELLUZZO, 1999).

Ainda, a prevalência do pensamento individualista desmoraliza de forma mais contundente a capacidade do Estado em intervir em assuntos de mercado, uma vez que prioriza a proteção dos ganhos individuais, ganhos estes obtidos através das capacidades e esforços individuais. Logo, “a ética da solidariedade é substituída pela ética da eficiência” (BELLUZZO, 1999, p.19), e a agenda social em que buscava-se diminuir as desigualdades sociais e econômicas entre as classes fica em segundo plano, chegando até a ser condenada pelas forças do mercado. Nesse contexto, a classe média exerce papel indispensável, capaz de sustentar os ideais liberais e empreendedores forçados pela burguesia, mesmo não usufruindo diretamente dos ganhos que a nova lógica de mercado garante às classes altas. O resultado dessa ideologia garante a total supremacia do capital, permitindo-o tornar-se a força mais poderosa do novo cenário político:

A ação do Estado é vista como contraproducente pelos bem-sucedidos e integrados e como insuficiente pelos desmobilizados e desprotegidos. Estas duas percepções convergem na direção da “deslegitimação” do poder administrativo e na desvalorização da política (BELLUZZO, 1999, p.20).

O fim da guerra fria na década de 1990 pôs fim a qualquer tipo de ameaça que poderia existir ao avanço do novo liberalismo que há décadas vinha se formando. A

derrota da maior personificação do inimigo do capital indicava que, agora, o caminho estava livre para o capital e os limites eram quase inexistentes.

1.3) Os primeiros passos do projeto neoliberal na América Latina

Com o fim do padrão dólar-ouro e do sistema de Bretton Woods, a recessão que já mostrava suas primeiras caras no início da década de 1970 foi, aos poucos, alastrando-se para além dos limites das fronteiras norte-americanas, chegando na América Latina ainda no final da mesma década. Em grande parte, as consequências que foram vistas com mais força na década de 1980, conhecida como a “a década perdida” devido à crise da dívida externa dos países latino-americanos, deram-se devido à enorme financeirização e facilidade das relações financeiras e obtenção de crédito que se popularizou no mundo com o surgimento do Euromercado e dos “petrodólares” (BATISTA, 1994). Isso porque, na medida que os pacotes de financiamento do pós segunda guerra ficaram centralizados na reconstrução dos países europeus e da economia japonesa, os países latinos tiveram que encontrar outras opções de financiamento para os seus projetos de industrialização e desenvolvimento de suas economias.

Assim, com fácil acesso a uma grande liquidez internacional, o endividamento latino-americano entrou em um crescimento ascendente nos anos que seguiram e, mesmo com as perdas das reservas internacionais provindas das desvalorizações cambiais do dólar no período, os países permaneceram otimistas quanto ao contexto do sistema internacional, mantendo suas políticas de contração de financiamentos (BATISTA, 1994). Entretanto, com a subida dos juros norte-americanos, em 1979, os países latinos rapidamente perceberam o problema do contínuo endividamento a taxas de juros flutuantes, levando à situação do seu endividamento ao extremo:

Com a súbita elevação das taxas de juros - que mais do que duplicaram em termos reais - os países latino-americanos se veriam na impossibilidade de honrar o serviço de suas dívidas externas, serviço que passou a requerer, em média, a utilização de mais de 80% de suas receitas de exportação (BATISTA, 1994, p. 13).

Com o valor das dívidas latino-americanas crescendo, os Estados Unidos passaram a assumir uma postura rígida de cobrança do seguimento das normas de regulação da atividade bancária, de modo a estancar o problema que vinha se agravando no continente. Como demonstra Batista, essa rigidez seletiva – visto que nos demais

mercados financeiros crescentes, tal como o Euromercado ou nos bancos norte-americanos, não se encontrou essa mesma posição – resultou na implementação de um programa de contração das importações desses países, de modo a garantir o pagamento integral dos juros. Entretanto, a imposição de um programa recessivo como este acabou por gerar impactos diretos no tamanho do mercado latino-americano, recuando de 10% a 5% do PIB (BATISTA, 1994).

Dentro desse contexto, o desdobramento do projeto neoliberal na América Latina dava seus primeiros passos no nosso continente, ainda que em momentos diferentes, e de maneiras e graus diversos em cada país. O Chile, conhecido em escala global por ter sido o primeiro grande “experimento” da efetividade das novas políticas neoliberais, teve, na figura da ditadura de Pinochet, um obscuro período de repressão popular e privatizações entre as décadas de 1970 e 1990. Na década de 1980, a Bolívia também observou a chegada das reformas neoliberais, com o general Hugo Banzer e o presidente Victor Paz Estensoro (GIMENEZ, 2007). Apesar disso, foi apenas no final da década de 1980 que a expansão pôde ser vista de maneira continental e com maior expressividade. Além disso, o cenário externo entregava o contexto ideal que legitimaria mudanças econômicas tão urgentes: um “ambiente de forte estrangulamento externo, descontrole inflacionário e crises financeiras, (...) vindos da reabertura do mercado financeiro internacional aos países devedores” (GIMENEZ, 2007, p. 69).

A partir daí, pouco a pouco os governos latino-americanos, inclusive os de países de maior relevância no contexto regional e internacional, passaram a eleger governos adeptos a medidas neoliberais. Foi o caso do Brasil, com Fernando Collor de Mello; do México, com Salinas de Gortari; Alberto Fujimori, no Peru e o segundo mandato de Carlos Andrés Perez, na Venezuela (GIMENEZ, 2007). O projeto neoliberal no continente latino-americano, por sua vez, apesar de não ser exclusivo na história, teve, em grande escala, forte influência e interferência – por parte dos grandes organismos internacionais, especificamente do FMI e do Banco Mundial. As duas instituições, criadas no pós- guerra com o objetivo de garantir a estabilidade financeira mundial e a reconstrução dos países afetados pela grande guerra, sofreram profundas transformações no seu escopo de trabalho e objetivos finais, ultrapassando, muitas vezes, os limites de atuação dentro dos países em que se encontram auxiliando. É o que indica Gimenez (2007) em sua tese:

Duas questões permeiam tal alteração: ao mesmo tempo em que se observa o estreitamento do espaço para as políticas nacionais e o enfraquecimento das possibilidades de resistência por parte dos países, é visível o alargamento do espaço de ação dessas instituições para além de suas funções originais de assistência financeira, num movimento de crescente influência no mundo, de uma agenda econômica e social construída a partir desses organismos, sob forte unilateralismo ideológico liberal e comando norte-americano. (GIMENEZ, 2007, p. 77)

Na prática, conforme a agenda neoliberal definia as novas práticas econômicas “ideais” que seriam capazes de restabelecer o crescimento econômico e retornar o contexto de estabilidade financeira aos países, essas instituições exigiam contrapartidas às ajudas financeiras que ofertavam. Isso era feito pela supervisão dos programas econômicos de reestruturação propostos aos/pelos países beneficiários, os quais, ao manterem-se dentro dos parâmetros pré-definidos (ou seja, dentro da ideologia neoliberal), seriam vistos como “aptos” a continuarem recebendo o financiamento (GIMENEZ, 2007, p.76). Como também aponta Gimenez, aqui fica claro a manutenção da hegemonia e dos interesses norte-americanos, uma vez que os organismos internacionais – nesse caso, FMI e Banco Mundial – acabam por responder, em grande parte, às decisões dos EUA, haja vista sua maior contribuição financeira a esses organismos e, portanto, maior poder de decisão.

Nesse contexto, uma importante ferramenta utilizada por esses organismos foi o Consenso de Washington, essencial para a alavancada das reformas neoliberais no nosso continente. O documento foi fruto de uma reunião, em 1989, entre funcionários do governo norte-americano, do FMI e do Banco Mundial, com o objetivo de avaliar as reformas econômicas que tinham sido instituídas no continente latino-americano até então (BATISTA, 1994, p. 5). Como indica Batista, o documento foi composto por dez áreas: Disciplina fiscal, Priorização dos gastos públicos, Reforma tributária, Liberalização financeira, Regime cambial, Liberalização comercial, Investimento direto estrangeiro, Privatização, Desregulação e Propriedade intelectual. Apesar de tratar de muitos assuntos, é inegável o destaque dado a duas ideias principais por todo o texto: “por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco” (BATISTA, 1994, p.18). Era claro, portanto, que se tinha ali uma verdadeira síntese do que significaria ser um Estado eficiente e com indicadores econômicos atrativos, bastando, apenas, garantir a prevalência da lógica capitalista de liberdade dos mercados.

De maneira geral, observa-se que em todos os pontos do consenso há uma enorme prevalência e superioridade dos interesses dos mercados financeiros, minando, de maneira constante, a capacidade estatal em criar políticas econômicas. Como exposto por Bresser-Pereira (1991, p.6), as reformas do consenso seriam as seguintes:

a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro (APUD WILLIAMSON, 1991, p. 8-27).

Dessa forma, como exposto por Gimenez (2007), algumas ideias centrais podiam ser retiradas da leitura do documento: recomendava-se abertura comercial, abertura financeira, liberalização da conta de capitais, adoção de processos de privatizações, redução dos custos para empresas e um rígido controle dos gastos públicos. Seguindo essas recomendações, os Estados estariam garantindo sua inserção no sistema internacional de maneira mais competitiva e, assim, garantindo uma retomada saudável do crescimento das suas economias. Era, mais do que tudo, a derrota final dos esforços desenvolvimentistas que, de uma forma ou de outra, surgiram no continente latino-americano nas primeiras décadas da segunda metade do século XX. A capacidade dos Estados em atuarem livremente e com autonomia por melhores condições a suas populações foi lentamente reprimida e deslegitimada, visão essa que iria, nos próximos anos, se alastrar primeiro para a cabeça dos políticos e empresários, passando, depois, para as sociedades como um todo.

2) A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL CHILENA

2.1) O golpe: Relações Internacionais e Influências Ideológicas

A ditadura de Pinochet no Chile é conhecida, ainda nos dias de hoje, como um experimento neoliberal, pois foi o primeiro país onde as práticas neoliberais, formuladas e disseminadas por Milton Friedman, puderam ser testadas e avaliadas na prática. O golpe, realizado em 11 de setembro de 1973, deu início a um período de enormes transformações econômicas, sociais e políticas que mudaram completamente a vida da população chilena, e que perdurou até 1990. Para entender a instauração de Pinochet no poder, é muito importante entender o contexto que o Chile se encontrava e as influências políticas e ideológicas que os Estados Unidos exerciam no país.

Segundo Lira (2010), uma característica que destoa em relação ao Chile, principalmente quando comparado aos seus compatriotas latino-americanos, é o fato do país ter uma forte tradição republicana, com origem em 1817, ano da proclamação da independência chilena, o que fez com que o país desenvolvesse, ao longo dos anos, um regime democrático com grande representatividade social. Além disso, devido às características físicas e geográficas do país, o Chile tinha uma grande dependência da extração e exportação de minerais (principalmente do cobre), caracterizando-o como uma economia primário-exportadora (FURTADO, *apud* LIRA, p.2), visto que dependia da exportação de *commodities*.

Com a Grande Depressão de 1930, entretanto, o país deu início ao processo de substituição de importações de itens de consumo leve, o que não diminuiu a dependência externa, pois “ao internalizar a produção de bens de consumo leves, precisaria importar bens de capital, o que demandava um volume muito maior de divisas” (TAVARES, *apud* LIRA, 2000, p.2). A dependência dos recursos gerados com a extração do cobre aumentou, entretanto, as mineradoras eram privatizadas e de origem norte-americana, o que aumentava ainda mais a necessidade do Estado ter maior autonomia sobre este setor econômico.

Além das dificuldades no desenvolvimento da indústria, Lira (2010) também cita a dificuldade na produção agrícola (devido às características geográficas do país), limitando a oferta de alimentos, além da alta concentração fundiária. Dessa forma, já com o governo de Eduardo Frei (1964-1970), deu-se início a dois processos: o da nacionalização do cobre e o da reforma agrária. Porém, o governo de Frei não teve tanto sucesso “pois a distribuição de terras ficou muito abaixo da meta prevista, e a

nacionalização do cobre referiu-se a uma compra do Estado na participação dos negócios das mineradoras norte-americanas” (LIRA, 2010, p.2).

Já nos anos 1970, o Chile era governado por Salvador Allende, que foi levado ao poder devido ao apoio da coalizão de esquerda “Unidade Popular”, tornando-o o primeiro presidente da América Latina democraticamente eleito com uma clara ideologia de esquerda (LIRA, 2010). Allende tinha um claro objetivo de transformar o Chile em uma nação socialista, de modo a garantir uma vida mais igualitária entre os chilenos, de forma democrática. Logo, apesar das diferentes opiniões dentro da Unidade, era possível delimitar três grandes principais objetivos do governo: a defesa dos interesses dos trabalhadores, a reforma agrária e o nacionalismo (IDEM).

Dessa forma, Allende adotou uma série de políticas que buscavam incentivar a demanda agregada, seja pelos salários, o crédito ou o gasto público e, ao mesmo tempo, diminuir a capacidade ociosa do país. Segundo descrito por Lira (2010), algumas das principais medidas tomadas pelo governo nesse período foram:

- Aceleração da reforma agrária (já iniciada pelo governo anterior);
- Priorização de políticas sociais destinadas à proteção da infância chilena, como a distribuição gratuita de leite às crianças para combater a subnutrição;
- Estatização das companhias de mineração, oligopólios do setor bancário, telefonia, têxtil e alimentação.

Com o estabelecimento dessas políticas houve um aumento de 12% na produção industrial do Chile já em 1971 (DAVIS, *apud*, LIRA, p. 35), porém, também resultou, em 1972, em uma escalada da inflação, que chegou a subir de 22% para 163%. Para controlar essa situação, o governo tentou fazer um controle de preços, além de praticar um racionamento das importações devido à escassez das reservas de dólares. Havia também uma maior dificuldade em conseguir empréstimos internacionais (BIRD ou FMI), impactando na continuidade de algumas atividades econômicas, como a própria exploração do cobre. Esse cenário levou a um descontentamento popular, como foi descrito por Lira, e que favoreceu a instauração da ditadura de Pinochet:

O descontrole da inflação e os obstáculos da economia em prosseguir com o aumento da renda nacional (o PIB retraiu-se em -1,2% em 1972) fez com que o clima de polarização na sociedade chilena recrudescesse, e assim, houve mais greves e manifestações que paralisaram o país. O Chile vivia um clima de guerra civil com a direita e a esquerda disputando ferozmente cada questão da

sociedade. O governo da Unidade Popular viu seu traumático fim em 11 de setembro de 1973, quando os militares decidiram derrubar Salvador Allende (LIRA, 2010, p. 5).

O golpe de Pinochet, entretanto, não pode ser entendido apenas como uma consequência do descontentamento popular ao governo de Allende ou como uma simples tomada do poder por parte dos militares chilenos por não concordarem com a forma que Allende estava transformando a economia do país e temerem a dominação das forças de esquerda. É importante compreender a influência do contexto político internacional, discutido no Capítulo 1, da Guerra Fria, em que havia um grande embate ideológico e político entre as duas grandes potências mundiais: Estados Unidos e União Soviética. No caso do Chile, o que aconteceu foi fruto de um experimento econômico muito bem planejado e que estava fortemente entrelaçado com a necessidade de um governo autoritário, como foi o caso do governo do ditador Pinochet.

Como explorado pela autora Naomi Klein, em seu livro “A Doutrina do Choque”, o que vimos no Chile foi um exemplo de “tratamento econômico de choque”, termo cunhado pelo economista neoliberal, e que teve direta participação na instauração da ditadura no Chile. Klein cita, em seu livro, que Friedman “previu que a rapidez, a brusquidão e o objetivo da mudança econômica iriam provocar, no público, reações psicológicas que ‘facilitariam o ajuste’” (KLEIN, 2007, p. 19).

O choque, descrito por Friedman, seria o pontapé inicial para implementar as políticas neoliberais, aproveitando de momentos de maior vulnerabilidade do povo e, portanto, não dando a oportunidade para que o mesmo pudesse se posicionar contra as mudanças. Como citou Klein em seu livro, Friedman acreditava que após o “choque”, “uma nova administração tem de seis a nove meses para realizar as principais mudanças; caso não agarre a oportunidade para agir de modo decisivo durante esse período, não terá outra chance igual” (KLEIN, 2007, p. 18).

No caso do Chile, o grande choque se deu pela tomada do poder por parte dos militares, que foi palco para um embate violento e sangrento no dia 11/09 de 1973. Klein descreve que o que aconteceu em Santiago se assemelhava mais a uma zona de guerra do que a um “coup d’état”, com tanques atirando e atravessando as avenidas, e os prédios do governo sendo bombardeados (KLEIN, 2007, p. 130). Allende se recusava a organizar uma liga defesa armada, fazendo que o embate fosse uma “guerra de um lado só”. Klein cita que “estava longe de ser uma luta justa: embora houvesse

apenas 36 partidários de Allende do lado de dentro (do palácio da Moneda), os militares bombardearam o palácio durante vinte e quatro horas” (KLEIN, 2007, p 131).

O bombardeio terminou com a destruição total do Palácio, mortes (incluindo a do presidente Allende) e presos políticos. Mas o terror não parou: nos dias que se sucederam, cerca de 13.500 civis foram capturados, e muitos foram mandados para os dois principais estádios de futebol de Santiago e acabaram assassinados (KLEIN, 2007). A violência era tanta que “cadáveres começaram a aparecer nas laterais das principais avenidas ou boiando nos canais escuros da cidade” (KLEIN, 2007, p. 132). O golpe estava instaurado e o resultado da violência foi marcante:

Embora a batalha de Pinochet tivesse um lado só, seus efeitos foram tão danosos quanto os de uma guerra civil ou invasão estrangeira: ao todo, mais de 3.200 pessoas desapareceram ou foram executadas, pelo menos oitenta mil foram aprisionadas e duzentas mil deixaram o país por razões políticas. (KLEIN, 2007, p.133)

É conhecida, também, a direta influência ideológica dos Estados Unidos no Chile. No caso dos militares chilenos, anos antes ao golpe, especialistas dos EUA contribuíram ativamente para a criação de um pensamento anticomunista, taxando países como China e a URSS como os grandes inimigos da pátria (KLEIN, 2007). Apesar disso, os próprios militares chilenos não possuíam conhecimento econômico ou político para liderarem uma “revolução” neoliberal no país, e apenas sabiam que o novo regime autoritário “constituía uma fase emergencial causada pelo caos, pela ideologização e pela extrema politização ocorrida no governo de Salvador Allende” (ROJO, 2018. p.10).

Segundo Rojo (2010), após a ascensão dos militares, perdurou pelos primeiros dois anos de ditadura um interesse em adotar políticas econômicas que solucionassem os problemas da conjuntura econômica chilena - principalmente a questão da inflação - para depois retornar a um sistema econômico político democrático - era a postura mais “moderada” adotada primeiramente pelos militares. Entretanto, durante o ano de 1974 não se viu grandes melhorias na instabilidade econômica do país. Os militares, então, “temendo o fracasso, mudaram o seu plano inicial e optaram por descartar um regime restaurativo para assumir a missão de refundar o sistema econômico, político e social do Chile” (ROJO, 2018, p.11). A partir disso, os militares viram que seria necessário tomar “posturas mais radicais” para conseguir os efeitos que esperavam na economia do país

e, assim, conseguir “ultrapassar” o “vício” que o Chile possuía no controle excessivo por parte dos políticos e na falta de ordem que existia dentro do mercado (ROJO, 2010).

Foi nesse momento, portanto, que os chamados “Chicago Boys” passaram a ganhar mais influência, visto que seriam necessários economistas e estudiosos que possuísem um plano econômico inovador para transformar a maneira como a economia Chilena caminhava. Os “Chicago Boys” consistiam em um seleto grupo de estudantes chilenos que tiveram a oportunidade de estudar em importantes universidades Estadunidenses, famosas por defender os ensinamentos neoliberais, como a Universidade de Chicago (ROJO, 2010). Nos anos anteriores ao golpe - mais precisamente, entre 1955 e 1963 -, cerca de 30 jovens chilenos ganharam bolsas de estudos para estudar nos EUA. Surgiam, então, os “Chicago Boys”, para os quais Rojo (2010) traz a seguinte definição:

Um grupo de tecnocratas que se auto proclamavam apolíticos – embora tivessem fortes laços com a direita -, representantes da ciência econômica moderna e cujo objetivo era mudar, a partir de uma visão monetarista e neoliberal, os fundamentos políticos e econômicos que constituíam o Chile desde 1938 (ROJO, 2010, p.12).

Rojo (2010) elenca três motivos que explicam porque esse grupo de economistas chilenos foi vitorioso na disputa entre os grupos políticos da direita a ponto de se tornar conselheiro oficial dos militares no poder:

- os tecnocratas neoliberais já eram próximos dos militares desde antes do golpe, no papel de assessores;
- eram os únicos que possuíam um projeto consolidado de como solucionar a crise econômica (o chamado “El Ladrillo”, que vamos discutir com mais detalhes no próximo subcapítulo 2.2);
- o aspecto “imparcial”/ científico dos tecnocratas, que se mostravam dispostos a realizar as mudanças econômicas sem levar em consideração interesses particulares - em outras palavras, se declararam “apolíticos”.

Dessa forma, com a ascensão dos militares ao poder e, ao seu lado, dos tecnocratas neoliberais, dava-se início a um novo período da história Chilena. O Estado intervencionista e planejador passaria a ser o grande inimigo, abrindo precedente para o início do desmonte do Estado Chileno, corte de gastos sociais e privatizações - práticas que iam ao contrário do rumo que Allende estava trilhando durante o seu governo.

2.2) Reformas Econômicas e Transformações no Âmbito Social

Os 17 anos de ditadura militar chilena foram fortemente marcados pelo sentimento antimarxista e pró-liberalização do Estado. Dessa forma, foram implementadas profundas reformas econômicas que, na visão de Pinochet e da classe burguesa, eram requisitos para a resolução da crise econômica e retorno do crescimento do mercado chileno. Os economistas chilenos, responsáveis pela formulação das novas políticas econômicas do que no futuro viria a ser conhecido como “neoliberalismo”, redigiram um famoso documento, denominado “El Ladrillo”, que continha o plano de transformação econômica “inspirado em princípios monetaristas e do livre comércio ortodoxo” (CASALS, 2021, p.5). Dentre várias propostas, o objetivo central exposto pelo documento pode ser resumido em dois principais:

(1) as reformas socioeconômicas necessárias para transformar a economia chilena numa economia de mercado moderna, na qual o Estado - através da regulação - desempenha um papel fundamental na equalização dos custos e benefícios sociais e (2) tomar as medidas necessárias para alcançar gradualmente a estabilidade de preços (LÜDERS, 2012, p.9).

Lüders (2012) discorre que, nos anos 1950, o Chile já havia tido uma primeira aproximação com políticas liberais, quando o presidente Carlos Ibañez del Campo adotou a chamada “Missão Klein-Saks”. Nesse contexto, uma comissão de economistas norte-americanos, após realizar uma análise da situação econômica chilena, redigiu um plano com propostas e políticas que levariam à volta do crescimento econômico do país. Essas políticas foram, por sua vez, rejeitadas a partir do governo da Unidade Popular, de Salvador Allende, que, como citado anteriormente, tinha um claro objetivo de centralizar e planificar a economia chilena. Segundo Lüders (2012), entretanto, apesar das similaridades entre os dois planos, “El Ladrillo” tinha um desafio ainda maior que o da “Missão Klein-Saks”, justamente pelo “estado” de economia - muito mais centralizada que anteriormente -, o que justificaria o caráter mais “radical” dessas novas políticas ortodoxas.

Sergio de Castro, um dos primeiros economistas formados pelo intercâmbio na Universidade de Chicago, foi um dos principais colaboradores da escrita do “El Ladrillo”, além de desempenhar papéis de grande influência durante a ditadura, como o de ministro da Economia e da Fazenda. O documento, apesar de escrito e finalizado

alguns meses antes do golpe de 1973, foi publicado apenas em 1992 por De Castro, em um livro intitulado “El Ladrillo: bases de la política económica del gobierno militar chileno”. No prefácio do mesmo, De Castro (1992) discorre sobre a importância do documento para a concretização dos objetivos da ditadura militar, enfatizando que a origem dos problemas e da crise chilena vinha do governo “centralizador” de Allende:

Muita água passou por baixo da ponte nos mil dias do regime marxista. Talvez demasiadas águas torrenciais que causaram fissuras profundas nos canais de convivência nacional (...). Porém, três anos depois, o desejo persistente de um Chile melhor levou um grupo de acadêmicos a tentar a elaboração de um programa de desenvolvimento econômico. O nosso objetivo era fazer recomendações com o objectivo de ajudar a tirar o país da prostração econômica em que se tinha afundado: do desespero e da pobreza generalizada em que o regime da Unidade Popular nos envolvia e aprisionava! (...) Muitos surpreendem-se e interrogam-se como foi possível ao Governo das Forças Armadas aplicar um programa libertário tão alheio aos conceitos de extrema centralização com que operam. Nossa resposta é que isso se deveu à visão demonstrada pelos Comandantes em Chefe de cada uma das Instituições Armadas. O caos causado pelo governo marxista de Allende, que apenas acelerou as mudanças graduais de socialização que haviam sido introduzidas no Chile sem interrupção desde meados da década de 1930, tornou fácil convencê-los de que os modelos socialistas sempre levariam ao fracasso (CASTRO, 1992, p.12).

Na opinião dos economistas chilenos, a inflação, que era o maior problema econômico da época, não poderia ser atribuída a apenas uma causa, mas a um conjunto de variáveis (LÜDERS, 2012). Logo, as propostas do “El Ladrillo” passam por seis importantes áreas: Política Fiscal, Administração Pública, Política Creditícia, Política de remunerações, Preços e subsídios e Política Cambiaria. Dessa forma, acreditava-se que a inflação só seria solucionada com certas reformas estruturais que, ao mesmo tempo que incentivassem o crescimento econômico, também contribuíssem para solucionar os desequilíbrios econômicos - principalmente entre a geração de riqueza e os gastos (LÜDERS, 2012).

Sendo assim, podemos expor os principais objetivos de cada subtópico:

- Política fiscal: aqui acreditava-se que a estabilidade de preços era uma condição necessária para o desenvolvimento e que um setor público financiado era um requisito indispensável para eliminar as pressões inflacionárias, reiterando a importância de solucionar o déficit fiscal. Algumas das propostas para alcançar tal objetivo seriam a redução do gasto fiscal, aumento da arrecadação de impostos vigentes e eliminação de subsídios fiscais;

- Administração pública: propõe uma reorganização profunda dos objetivos e funções do Estado, visto que o aumento do tamanho do Estado estaria diretamente ligado à estagnação da economia. Sendo assim, seria necessário descentralizar a economia, deixando nas mãos do mercado as principais decisões;
- Política creditícia: ressalta a importância de restaurar a verdadeira função da moeda de suportar o desenvolvimento da produção e do comércio, enfatizando que quanto maior a oferta da moeda, maior a inflação;
- Política de remunerações: demonstra uma grande preocupação na política de reajuste das remunerações, pois essa estaria relacionada com a inflação. Por isso, propõe a criação de uma comissão para definir os reajustes em relação à inflação esperada, e não à inflação anterior;
- Preços e subsídios: defende um sistema de preços livres sem políticas ou barreiras nas importações da maior quantidade possível de bens, um controle de preços nas atividades em que existam monopólios ou oligopólios além da defesa da lei anti-monopólio;
- Política cambial: propõe um aumento do câmbio para ajudar no equilíbrio da balança de pagamentos a médio prazo e incentivar as exportações de bens agrícolas e minérios.

Com os ideais dos “El Ladrillo” na cabeça e os economistas chilenos como braço direito, os militares deram início ao governo militar com o objetivo primordial de despolitizar a sociedade, por meio de uma transformação da cultura, da conduta e da forma de pensar dos Chilenos (VARGAS, 2012). Sendo assim, na medida em que os militares começaram a implementar as novas políticas econômicas, com um forte processo de privatizações e corte de custos estatais, também se viu o início de um pesado controle social da população, com a imposição de um toque de recolher, anúncio da lei marcial, além de muitos episódios de violência, torturas e prisões de civis.

O que se viu, portanto, foi um tremendo esforço para reverter tudo que havia sido implementado durante o governo anterior, de Allende, que foi o primeiro a iniciar processos importantes na sociedade chilena, como a reforma agrária e estatização das principais empresas do país: nessa época, praticamente não existiam mais fazendas com mais de 80 hectares, ao passo que as propriedades de tamanho médio haviam aumentado consideravelmente, além do ferro e do cobre terem sido estatizados, que são

as commodities responsáveis por grande parte das exportações chilenas (VARGAS, 2012).

Já durante o governo de Pinochet assistiu-se a um processo que ia totalmente ao contrário do que o governo da Unidade Popular defendia: em 1974, 257 empresas e cerca de 30% das terras foram devolvidas aos seus antigos donos, além da adoção de diversas políticas econômicas que reforçavam a crítica do governo atual ao anterior, tais como liberação dos preços e salários, redução dos gastos governamentais e aumento dos impostos para reduzir o déficit público (VARGAS, 2012). Entre 1974 e 1978 também assistiu-se a uma massiva onda de privatizações, fazendo com que as estatais chilenas fossem de 400, em 1973, para 45, em 1989 (VARGAS, 2012). Apesar dos preços de venda das empresas serem baixos, devido à crise econômica que arrastava o Chile, eram poucas as pessoas que tinham condições econômicas para comprá-las, contribuindo para uma concentração nas mãos do capital internacional, que viu a oportunidade de adentrar com mais força novamente no mercado chileno. Se via, portanto, a formação de um verdadeiro conglomerado financeiro que, devido ao seu grande poder econômico e proximidade aos governos, também conseguiu criar bases dentro da política:

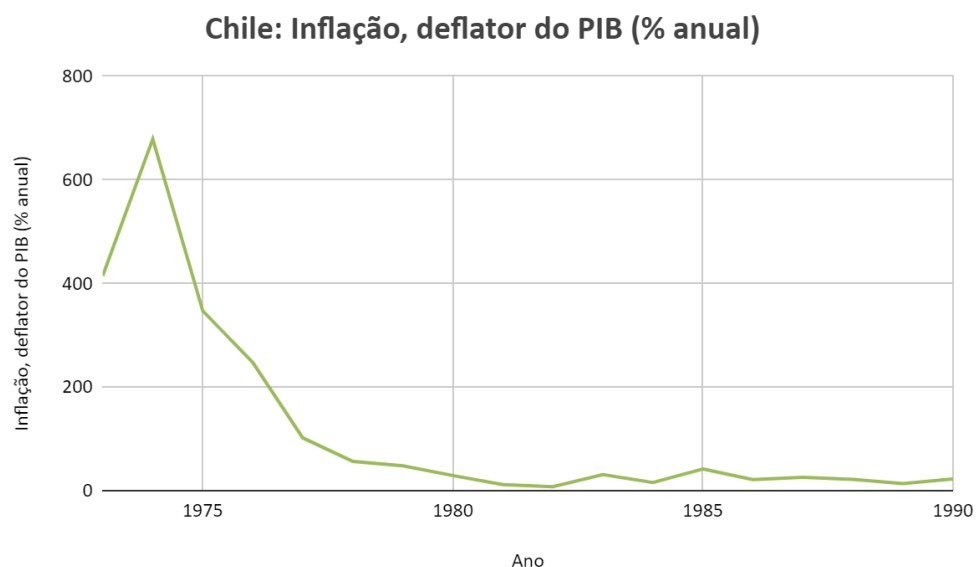
Eram poucos e nessas poucas mãos a propriedade acabou concentrada. Graças a este processo de aquisição, os grupos transformaram-se em poderosos conglomerados financeiros que controlavam boa parte do sistema bancário, as chamadas financeiras, e através das suas numerosas empresas associadas, uma fracção cada vez maior dos sectores industrial e agro-exportador. Estávamos a testemunhar a emergência de um novo bloco de poder económico que moldaram a nova forma de dominação neoliberal no Chile. Ao consolidarem a sua hegemonia, foram a principal base de apoio da equipe técnica que desde Abril de 1975 se encarregou de estabelecer as receitas neoliberais mais ortodoxas e até alguns dos seus executivos passaram a ocupar cargos governamentais (VARGAS, 2012, p. 92).

Ao mesmo tempo que se assistia a concentração da riqueza na mãos dos principais empresários, o Chile passou por uma grande abertura da economia, incentivado principalmente pelos interesses desses mesmos conglomerados, passando a priorizar a especulação financeira, em vez do setor produtivo, e as atividades comerciais vinculadas à exploração de recursos naturais, onde o Chile possuía vantagem comparativa (VARGAS, 2012).

Entretanto, foi realmente a partir de 1975 que deu início à fase mais radical e ortodoxa do governo, com maior influência dos economistas chilenos no governo de Pinochet. Aqui, como já mencionado antes, tinha-se o grande objetivo de diminuir

drasticamente a inflação e contrair a demanda, por isso, grandes reformas estruturais da economia foram pensadas, de modo que garantissem “o ajuste automático da economia chilena aos ciclos internacionais, na qual as autoridades não tivessem necessidade de intervir” (VARGAS, 2012, p.94). E, como se pode ver no gráfico abaixo, as políticas adotadas no início do governo começaram a obter resultados no seu objetivo de reduzir a hiperinflação que assolava o país e que chegava a mais de 600% em 1973: já em 1975 a inflação se encontrava em menos de 400% (redução de $\frac{1}{3}$), mas foi apenas em 1978 (ou seja, 5 anos após o início da ditadura) que ela chegou a cair para 2 casas decimais, batendo em 56%.

Gráfico 1 - Histórico da Inflação (deflator do PIB - % anual) no Chile



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files (2023)

Já em 1979, o Chile assistiu a uma grande repontada da economia devido à grande entrada de dólares na economia, muito incentivada pela forte liberalização das taxas de juros bancários, aceleração da redução tarifária e principalmente pela alta do mercado internacional e a massiva liquidez do sistema internacional provinda dos chamados “petrodólares”. Dessa forma, os empréstimos externos triplicaram, as reservas internacionais aumentaram e o déficit fiscal desapareceu por completo: a economia parecia estar se recuperando, uma vez que mais do que nunca, a população estava disposta a consumir bens de consumo e incentivando a demanda por tais itens,

eram “os tempos do consumo, do empréstimo fácil, do endividamento” (VARGAS, 2012, p.95).

Conforme a economia demonstrava progredir positivamente, Pinochet, ainda em 1979, deu início a uma nova fase do seu governo, agora com foco maior em transformar, no âmbito social, a sociedade Chilena. Dava-se início ao que ficou conhecido como “Siete Modernizaciones Sociales”, quando assistiu-se os princípios do livre mercado “invadirem” as áreas sociais de base, como a saúde e o emprego. Essa fase inaugurou uma nova fase para a população chilena, pois,

Foram mudanças radicais na política laboral, na previdência social, na educação, na saúde, na descentralização regional, na agricultura e no aparelho judicial, de modo a torná-los funcionais ao projecto de sociedade que se desejava construir (VARGAS, 2012, p.95).

Dentre as várias reformas sociais, uma das que mais marcou a sociedade chilena foram as transformações ocorridas no sistema de previdência social. Foi durante o governo de Pinochet que se deu início ao processo de privatização da previdência social e do sistema de saúde, antes programas estatais, e que agora seriam geridos por empresas privadas. Foi também em 1979 que Pinochet anunciou um revolucionário plano laboral, inaugurando uma nova fase para a forma na legislação chilena. Um dos aspectos mais marcantes foi a despolitização sindical, visto que os sindicatos perderam grande parte da sua liberdade de expressão e de negociação, que agora estavam restritas à pauta de remuneração. Além disso, algumas das principais mudanças que impactaram a sociedade chilena foram:

Os sindicatos e os trabalhadores perderam o seu poder de negociação, as regulamentações relativas à segurança do emprego foram flexibilizadas, a contribuição para as pensões pagas pelos empregadores diminuiu significativamente (de 40% na década de 1960 para menos de 3% na década de 1980), e registou-se uma redução nos custos não salariais do trabalho (VARGAS, 2012, p. 96).

Além disso, junto com a abertura da economia ao mercado internacional, os maiores investimentos passaram a ser direcionados às atividades de caráter exportador, principalmente mineração, atividades florestais e agricultura, ocasionando grandes transformações na composição da força laboral, na vida dos trabalhadores e, também, no cenário geográfico do país. Era a “Geografia humana do boom exportador” (VARGAS, 2012, p. 97).

Em relação à transformação da composição laboral, deu-se principalmente devido ao forte crescimento dos setores de serviço e do comércio. Esses setores, por sua

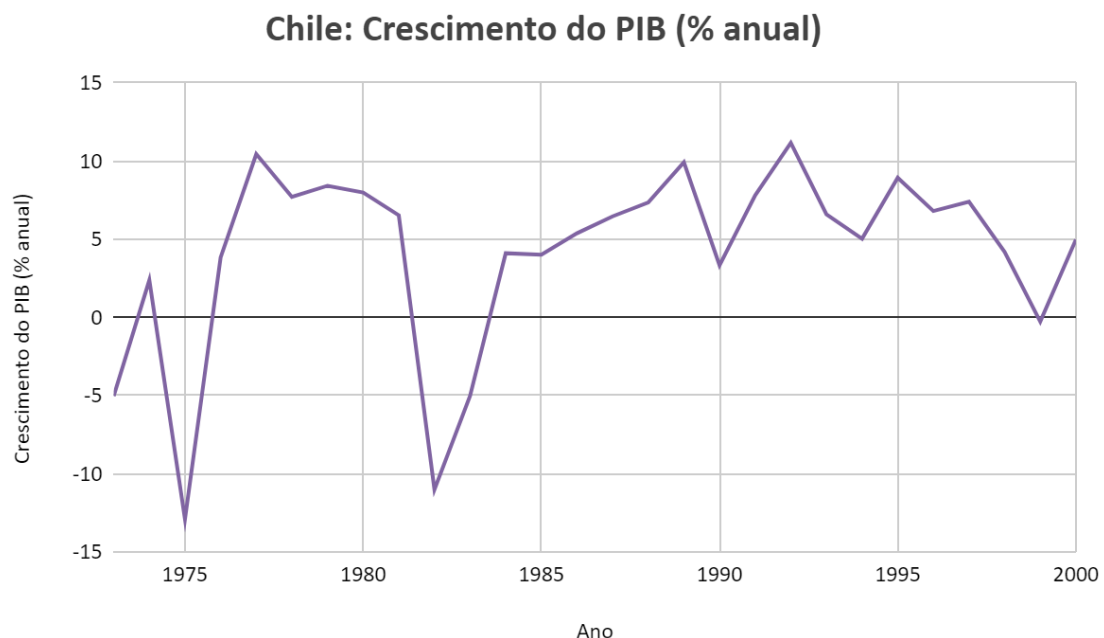
parte, não possuíam tradição sindical e, portanto, força para negociar e reivindicar direitos, o que contribuía para a descentralização política dos trabalhadores. O setor industrial, tradicionalmente o setor com mais força sindical, por sua parte, foi o mais afetado pelas mudanças econômicas, pois, ao passar dos anos, absorvia cada vez menos mão de obra e assistia a uma deterioração do emprego. O mesmo ocorreu com o setor da construção civil, que em 1980 reduziu pela metade a sua participação na economia e no emprego (VARGAS, 2012).

Além da diminuição do poder sindical, outras mudanças importantes ocorreram no âmbito do trabalho: a possibilidade de colocar término em contratos de trabalho de forma unilateral por parte do empregador sem causas ou motivos (para demitir mais de dez empregados não seria mais necessário uma permissão do ministério de trabalho e economia, como era antes); a restrição do direito à greve, pois durante a greve o empregador poderia contratar novos empregados e, após 30 dias de paralisação, cada trabalhador poderia negociar individualmente com o empregador; as greves também passaram a ser restringidas a no máximo 59 dias, caso passassem disso entendia-se que o trabalhador teria renunciado e perderia seu trabalho (VARGAS, 2012). A desregulamentação do emprego avançou rapidamente durante esse período da ditadura, porém, a visão que se tinha por trás dessas novas políticas era de que elas contribuíssem para o desenvolvimento da economia Chilena. Na visão do próprio ministro do Trabalho e da Previdência Social, Miguel Kast, em 1981, ao aplicar essas políticas de liberalização do trabalho, isso geraria um aumento do nível de emprego do país, visto que, ao reduzir os “impostos” sobre o emprego, o empregador demandaria maior quantidade de mão de obra e, portanto, contrataria um maior quantidade de pessoas (fazendo aqui uma alusão ao que se acontece, em teoria, quando se diminui o imposto de um produto: como este se torna mais barato, aumenta-se a sua demanda por parte da população) (VARGAS, 2012).

Todas essas mudanças que transformaram o campo político social do Chile foram concretizadas com um importante marco: a promulgação da nova Constituição política do Chile em 1980, substituindo a Constituição de 1925, promulgada exatamente no dia 11 de setembro, 7 anos após o golpe em 1973. Simultaneamente, os anos de 1980 e 1981 ficaram conhecidos como os anos do milagre econômico chileno, marcados por um momento de grande otimismo e indicadores econômicos positivos, como um superávit fiscal de 2,9% em 1981, a inflação caindo para dois dígitos e uma taxa média de crescimento econômico ao redor de 8%, as exportações aumentaram entre 3 e 4

vezes e as importações de bens de consumo chegaram a aumentar 40% em média (VARGAS, 2012). Como pode-se observar no gráfico abaixo, os anos da ditadura chilena foram marcados por períodos de crescimento vertiginoso, mas que acabaram sendo interrompidos por fases de recessão e crise, como foi o ano de 1975 e, depois, 1982. No ano de 1980, por sua vez, a sensação que se tinha era que o governo estava colhendo diversos frutos positivos após a implementação das políticas econômicas neoliberais, e a promulgação da Constituição foi uma forma de publicamente demonstrar que esse era o caminho do sucesso adotado pelo Chile.

Gráfico 2 - Variação do crescimento do PIB (% anual) no Chile



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files (2023)

Sendo assim, após a promulgação da nova Constituição, a crise financeira internacional dos anos 1980 não demorou muito a impactar a economia Chilena, visto que devido às transformações liberais dos últimos anos, agora se via altamente aberta e influenciada pelos acontecimentos internacionais. Essa nova crise serviu para mostrar as verdadeiras caras da economia Chilena, que apesar de ter vivenciado momentos de crescimento positivos, encontrava-se altamente endividada e erguida sobre bases frágeis:

A crise financeira internacional da década de 1980 impactou severamente a economia aberta e desregulamentada do Chile, sustentada graças aos empréstimos externos, e revelou a expectativa

excessiva baseada numa moeda sobrevalorizada e numa explosão de consumo sustentada pelo endividamento (VARGAS, 2012, p.99).

O que se assistiu, portanto, foi o início de uma grave crise que abalou as estruturas da economia chilena de uma forma não vista até então. Vargas (2012) cita que a crise foi tão bruta que além do produto nacional bruto (PNB) ter caído cerca de 14% em 1982, a produção industrial caiu 18% e cerca de 800 empresas quebraram. Segundo Ffrench-Davis (2001), por trás da crise que assolava o país estava um grande erro de diagnóstico do governo Chileno: acreditar que o superávit fiscal seria suficiente para evitar uma crise cambial mesmo com um endividamento externo tão grande com agentes privados.

A crise também teve impactos brutos e diretos sobre a vida dos trabalhadores. Com uma alta generalizada dos preços em itens de consumo básico, como o pão e a passagem do ônibus, o poder de compra do trabalhador estava cada vez mais desvalorizado. Além disso, consequência do forte desmonte dos direitos trabalhistas, casos de abuso por parte dos empregadores tornaram-se cada vez mais comuns, e o cenário de crise agravou a ocorrência de tais situações. Durante as crises, visando diminuir a gravidade da situação que os trabalhadores vivenciavam, o governo chegou a criar o “Programa de Empleo Mínimo”, em 1974, e o “Programa de Ocupación para Jefes de Hogar”, em 1982. Sob esses programas, “dezenas de milhares de trabalhadores viviam ou sobreviviam com salários muito inferiores ao rendimento mínimo legal e sem qualquer estabilidade” (VARGAS, 2012, p.101). Tais programas chegaram a durar mais de dez anos, apesar de terem caráter transitório, e como os trabalhadores não eram considerados trabalhadores do Estado, não tinham direitos a indenizações e nem à sindicalização. Em outubro de 1983, 14% da força de trabalho estava designada a algum dos programas (VARGAS, 2012).

Dessa forma, viu-se uma explosão de manifestações e protestos pelo país, movidos pelo descontentamento da população com a grave crise, inclusive de pessoas que eram, até então, apoiadoras do governo. Logo, devido às fortes reações vindas da sociedade e os impactos tão grandiosos da crise nos indicadores econômicos, o governo deu início a uma mudança na estratégia da política econômica, com desvalorizações cambiais sucessivas, reintrodução de uma proteção tarifária, regulamentação do sistema financeiro, estatização da dívida privada, renegociação dos vencimentos da dívida externa e ajuda financeira ao setor privado (Ffrench-Davis, 2001).

3) A REALIDADE PÓS NEOLIBERALISMO: OS RESULTADOS DO EXPERIMENTO CHILENO

3.1) Transformações Econômicas pós-Neoliberalismo: redemocratização e a vulnerabilidade externa

O que se escuta e se conhece da mídia internacional, sem dúvida, é que o modelo neoliberal chileno foi implementado com sucesso. Entretanto, quando se observa em detalhes os indicadores macroeconômicos da época, é possível perceber que existem limitações ao sucesso desse modelo e, mais importante ainda, grandes contradições. Até 1980, os resultados da receita neoliberal de fato demonstraram os avanços que o governo militar buscava: crescimento econômico em torno de 8% ao ano e uma redução da inflação de 605,9%, em 1973, para 9,9%, em 1981 (CARCANHOLO, 2004). Entretanto, esse cenário positivo foi logo mascarado pelo início de uma profunda recessão, em 1982, (a mais impactante já vista no Chile, como foi detalhado no capítulo 2.2), que indicou a grande vulnerabilidade da economia frente às oscilações da economia internacional.

O ano de 1990 foi um importante ano para o Chile, pois foi marcado pelo início da transição democrática do país, após longos 17 anos de ditadura militar. Os primeiros dez anos de governo democrático chileno foram liderados por dois presidentes: Patricio Aylwin (entre os anos de 1990 e 1993) e Eduardo Frei (entre os anos de 1994 e 1999), que faziam parte da Coalizão de Partidos pela Democracia. Era o fim da ditadura militar de Pinochet e, apesar de iniciar-se um novo período democrático no Chile, a linha econômica permaneceu colada com a do neoliberalismo da ditadura, salvo algumas pequenas diferenças. Segundo French-Davis (2001), os primeiros governos do período de redemocratização tinham o objetivo de implementar uma “mudança em continuidade”, evitando grandes transformações radicais. Em outras palavras, era o fim do autoritarismo, mas o neoliberalismo, ainda que limitado pela democracia, permaneceria vivo no Chile.

A primeira grande contradição do modelo neoliberal chileno vem do fato de que o sucesso desse modelo não pode ser creditado 100% às próprias políticas neoliberais.

Para Carcanholo (2004), o sucesso que a economia do Chile atingiu nos anos de 1990 veio principalmente pelo governo militar ter repensado uma parte da política neoliberal vigente na época, passando a adotar uma política regulatória, a fim de incentivar os investimentos produtivos com capital externo de longo prazo e, ao mesmo tempo, desincentivar a entrada de capitais especulativos de curto prazo. Logo, o autor discorre sobre quatro instrumentos que foram adotados para regulamentar a entrada dos capitais no período dos anos 1980:

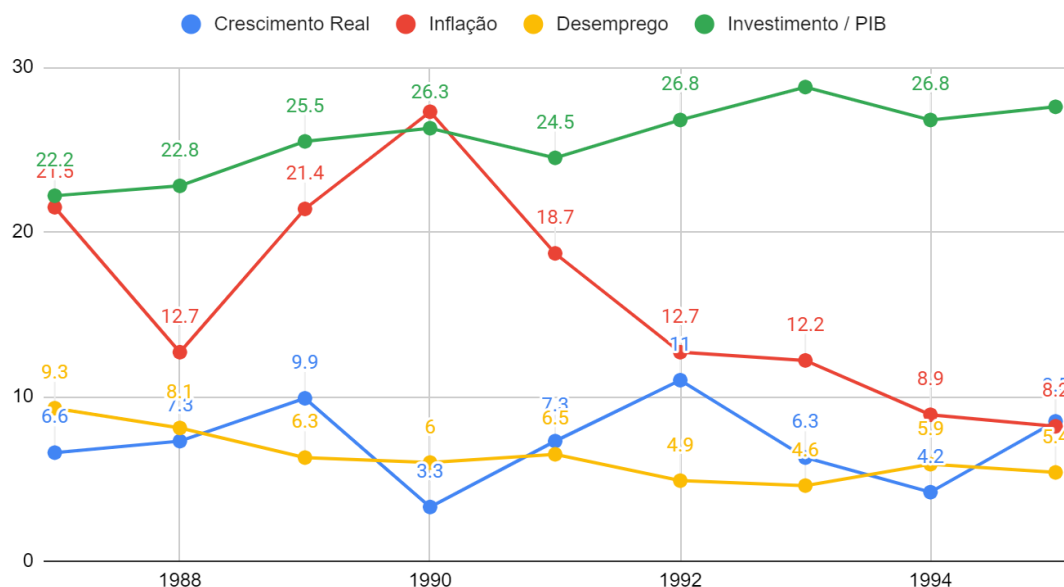
- impostos e exigências de reservas para entrada de capitais;
- regime cambial de flutuação suja;
- esterilização das reservas cambiais com políticas de mercado aberto;
- regulamentação preventiva dos mercados financeiros.

Dessa forma, assistiu-se a uma relativização da estratégia neoliberal visto que adotou-se políticas heterodoxas, baseadas no pensamento da nova CEPAL, que visavam regulamentar o movimento do capital. De qualquer forma, é importante frisar que aqui não se tratava de um abandono do pensamento neoliberal, mas sim, da adoção de um novo gerenciamento da política de abertura externa e que foi de suma importância para que o Chile conseguisse se recuperar da crise de 1982 (CARCANHOLO, 2004).

Mas porque acredita-se que o projeto neoliberal foi um sucesso no Chile? Ao interpretar os indicadores do gráfico abaixo, é fácil entender o porque da conclusão precipitada de que o modelo chileno foi um sucesso. As taxas de crescimento real, entre os anos de 1987 e 1995, estavam sempre positivas, chegando em anos específicos na casa dos 10%. A inflação permanecia a níveis controlados, muito longe dos níveis de hiperinflação do início dos anos 1970. O desemprego caiu de 9,3% para a casa dos 4,6%, permanecendo com poucas variações nos próximos anos, enquanto que o investimento seguiu alto, na casa dos 22,2% - 26,8% por todo o período analisado.

Gráfico 3 - Crescimento Real, Inflação, Desemprego e Investimento / PIB no Chile

Crescimento Real, Inflação, Desemprego e Investimento / PIB - Chile



Fonte: Aninat & Larraín *apud* Carcanholo (1996: 41).

Ainda, analisando a tabela abaixo, que contém dados da movimentação de capital entre os anos 1990 e 1995, é possível verificar mais dados que, em teoria, comprovam o sucesso do modelo: nos anos analisados, percebe-se uma entrada líquida de capital média de 6% do PIB; o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e o Capital de Médio e Longo prazo, juntos, representam 50% do total da entrada de capital no período analisado, e uma alta taxa de IDE que, em 1994, chegou ao nível de 3,4% do PIB (CARCANHOLO, 2004). Ou seja, entendia-se que a economia chilena cresceu a níveis altos, além de contar com investimentos e presença de capital de médio a longo prazo, contribuindo para o fortalecimento da estrutura produtiva da economia.

Tabela 1 - IDE, Capital de Médio e Longo Prazo e Capital de Curto Prazo no Chile

	1991	1992	1993	1994	1995	1990-1995
IDE	1.2	1.5	2.5	3.4	1.5	2.3
Médio e Longo Prazo	-0.2	0.7	1.1	2.6	-0.3	0.9
Curto Prazo	1.3	4.5	2.4	2.9	0.5	2.8
Total	2.3	6.7	6	8.9	1.7	6

Fonte: Aninat e Larraín *Apud* Carcanholo (1996: 44)

Entretanto, observando com mais detalhes esses mesmos dados, é possível retirar conclusões distintas dessa primeira interpretação:

Em primeiro lugar, em 1995 a entrada líquida de investimento direto estrangeiro retrocede para 1,5% do PIB. No mesmo ano, o capital de médio e longo prazo tem uma saída líquida que corresponde a 0,3% do PIB. No período inteiro (90-95), o investimento de curto prazo é a maior parcela do movimento líquido de capital. Ainda no ano de 1995, a entrada líquida de recursos atinge apenas 1,7% do PIB (CARCANHOLO, 2004, p. 10).

As contradições, portanto, seguiam aparecendo cada vez mais. Na medida que a economia chilena se recuperou da grande recessão dos anos de 1982 e passou a reportar altos índices de crescimento e de investimento, foi-se criando um cenário em que o Chile realmente teria alcançado uma situação econômica positiva. No fundo, a economia chilena ainda demonstrava grande dependência externa, sempre à mercê dos choques e altas do mercado internacional, expondo sempre a sua vulnerabilidade.

Para podermos aprofundar mais ainda na análise das contradições e resultados do modelo neoliberal chileno, realizaremos uma análise de alguns pontos principais sobre os quais o governo da redemocratização estava pautado para, assim, pontuar ponto a ponto se tais feitos teriam se concretizado ou não. Tal análise está pautada em cima dos cinco pontos fundamentais (aqui iremos aprofundar em três deles, que possuem maior relevância para esse estudo), ou equações, que foram expostos por Agacino (1996):

1. Abertura = Crescimento com equidade: sob a ótica do pensamento da CEPAL do final dos anos 1980, entendia-se que a abertura econômica levaria a uma

consolidação do crescimento econômico, além de levar a uma melhora na distribuição da renda.

Aqui, a primeira e importante conclusão que podemos fazer é que sim, o crescimento econômico foi alcançado, mas a melhora na distribuição da renda, ou seja, um crescimento com equidade, não. Como exposto por Agacino (1996), o que se observou no período foi, na verdade, uma forte concentração do crescimento econômico, visto que os excedentes aumentavam muito mais rápido do que o produto e as remunerações, o que significava que “o crescimento se distribui em favor dos patrões” (AGACINO, 1996, p.3). Alguns indicadores que demonstram essa situação são: entre os anos de 1986 e 1993, as remunerações reais cresceram a uma taxa média de 7,1% por ano, enquanto que os excedentes empresariais cresceram a uma taxa média de 9,7% ao ano; entre os períodos de 1985-1986 e 1992-1993, a taxa de participação das remunerações no PIB diminuiu de 34,8% a 33,4%, enquanto que a participação dos excedentes aumentou de 38,3% para 44% (AGACINO, 1996).

A segunda importante conclusão foi que a concentração da renda, além de ser grande, também aumentou durante esse período. Os dados mostram que as parcelas mais pobres da população tiveram uma diminuição da renda no período analisado, agravando a situação da desigualdade social, visto que os mais ricos aumentaram sua riqueza no mesmo período: entre os anos de 1992 e 1994, 20% das famílias mais pobres diminuíram sua participação na renda, indo de 4,92% a 4,61%, enquanto que os 20% das famílias mais ricas aumentaram sua participação, de 55,45% para 56,11% (AGACINO, 1996). O quintil intermediário também foi afetado, tendo sua participação diminuída em 0,1%; entretanto, a parcela que mais sofreu foi o 10% mais pobre: a participação na renda diminuiu de 1,9% a 1,7% no período, e sua renda média caiu em 5,5% em termos reais (AGACINO, 1996). Analisando dados com um período de tempo maior, a situação também se agrava no que toca a desigualdade: se em 1990 a relação entre a renda dos 5% mais ricos e a dos 5% mais pobres era de 120, em 2000 já estava em 220 (CARCANHOLO, 2004).

2. Abertura = Crescimento = Aumento do emprego = Redução da pobreza: aqui defende-se que um crescimento sustentável da economia seria muito mais exitoso na capacidade de gerar empregos do que uma intervenção estatal por meio de políticas sociais, evitando aumentar o tamanho do Estado e garantindo que este se torne mais eficiente. Ou seja, “se confia mais no mercado do que no

Estado a respeito da capacidade de eliminar total e definitivamente a pobreza” (AGACINO, 1996, p.4).

A primeira conclusão é que, de fato, a pobreza e a indigência, ambas medidas por renda, diminuíram entre os anos de 1987 e 1994: em 1987 existiam 5.497.000 pessoas pobres, das quais 2.073.000 eram indigentes, e no ano de 1994, os pobres haviam diminuído para 3.916.000 e os indigentes a 1.104.000 (AGACINO, 1996). Entretanto, o que se observou nos seguintes anos foi uma desaceleração da diminuição da pobreza mesmo que a economia continuasse crescendo; em outras palavras “parecia (...) que nos aproximamos de um núcleo “duro” de pobres aos quais simplesmente o fluxo não chega” (AGACINO, 1996, p.5).

A segunda conclusão é a respeito do aumento do emprego, pois é um indicador que está diretamente relacionado com a diminuição da pobreza. A níveis nacionais, a taxa de desemprego no Chile caiu, indo de 9,3%, em 1987, para 4,9%, em 1992, ao mesmo tempo, houve um aumento real do salário mínimo, que aumentou a uma taxa média de 6,8% ao ano, além do salário das famílias do quintil mais pobres ter aumentado em 30,3% entre 1990 e 1992 (AGACINO, 1996). Entretanto, a partir de 1994 essa situação começa a mudar, e o desemprego volta a crescer no Chile, atingindo 5,9%, em 1994. Para Agacino (1996), isso demonstra que o próprio mercado de trabalho opera como um mecanismo para reproduzir a pobreza, visto que, entre 1992 e 1994, 45,5% e 46,2%, respectivamente, era a parcela da população que sobrevivia com menos de dois salários mínimos, ou seja, abaixo ou na linha da pobreza.

Por fim, observa-se que, para além do desemprego, outro ponto importante a respeito do mercado de trabalho está ligado ao tipo de ocupação desempenhada pela pessoa. O que se observou nesse período foi uma grande precarização do mercado de trabalho, visto que houve um aumento dos empregos oferecidos para pobres e uma diminuição da oferta de empregos para pessoas fora da linha da pobreza. Aqui pode-se fazer uma conexão direta com a tendência da flexibilização do mercado de trabalho, que já vinha ocorrendo durante a ditadura de Pinochet, que colocava o trabalhador à mercê das necessidades do empregador, em sua grande maioria com salários menores, mas com mais horas de trabalho.

3. Abertura = Desenvolvimento da segunda etapa exportadora: trata-se da crença de que a abertura econômica levaria o Chile a ultrapassar a sua dependência da

exportação de matéria-prima, dando início a uma nova etapa de exportação de bens de valor agregado mais alto.

Aqui, novamente, observa-se que o proposto não foi alcançado. Carcanholo (2004) aponta que, apesar da participação dos produtos mineiros no total das exportações ter diminuído entre 1996 e 2002-2003, ainda representava, nesse período, 40%. Dessa parcela, o cobre chegou a representar quase 90% em 2003, o que indica a grande dependência que o Chile apresentava.

Já Agacino (1996) expõe um outro importante dado: apesar das exportações industriais terem aumentado entre os anos de 1990 e 1995, indo de uma representação de 32,7% para 42%, todas estão diretamente ligadas à exploração de recursos naturais. Entre 1983-1985 e 1991-1993, de 26 ramos industriais, no primeiro triênio, 54% das exportações estavam pautadas em apenas três (Elaboração de Produtos do Mar, Fabricação de Azeite e Manteiga e Fabricação de Papel e Celulose), e, no segundo, 62,6% em apenas cinco (além das mencionadas anteriormente, Conservas de Frutas e Indústria da Madeira), todas consideradas ramos de produção baseados em recursos naturais. Dessa forma, apesar do aumento de novos ramos de exportação, não se assistiu ao crescimento de exportações industriais propriamente ditas, mas sim, de ramos “rentistas”. Segundo o autor, “se hoje o Chile exporta menos celulose e farinha de peixe, a causa não se deve a que exporte mais rádios, carros ou maquinários, mas sim, porque exporta mais frutas e madeira” (AGACINO, 1996, p.7).

E as consequências do neoliberalismo no Chile não estão limitadas apenas aos anos pós-ditadura, elas se arrastam inclusive até os dias de hoje. Quando olhamos os indicadores econômicos e sociais do Chile, a situação permanece a mesma: altos níveis de concentração de renda - em 2017, o 1% mais rico concentrava 26,5% da riqueza, enquanto que 50% da parcela mais pobre representava apenas 2,1% da riqueza líquida (CEPAL, *apud* FARIAS e SEIXAS, 2017); em 2019, foi eleito o sétimo país mais desigual do mundo, segundo o coeficiente de GINI (Farias e Seixas, 2017); além da população chilena apresentar altos níveis de endividamento, visto que o Chile é um país que possui os serviços básicos privatizados, como saúde, educação e transporte - uma situação tão alarmante, que estima-se que cerca de 11 dos 18 milhões de habitantes estejam endividados (FUNDAÇÃO SOL 2019, *apud* FARIAS e SEIXAS, 2017).

Dessa forma, o que se pode concluir a partir dessa análise é que, sim, o Chile alcançou o crescimento econômico e a diminuição da hiperinflação como havia sido proposto inicialmente pelos militares durante a ditadura de Pinochet. Entretanto, o custo

desse crescimento econômico foi a criação de uma sociedade extremamente desigual, com altos níveis de concentração de renda nas mãos de uma parcela muito pequena da população. Além disso, o Chile não conseguiu se desenvolver como país industrializado, mantendo sua posição de exportador primário, altamente concentrado na exportação do cobre. O crescimento econômico, portanto, não veio acompanhado do desenvolvimento, principalmente no que se trata do desenvolvimento social-econômico da população chilena.

3.2) Democracia e Autoritarismo: Relações com o Neoliberalismo

A ditadura militar de Pinochet, além de ter gerado profundas transformações no âmbito social, político e econômico do país durante os 17 anos de governo militar, como já foi demonstrado nas páginas anteriores, também teve um intenso impacto nas instituições e no modo de viver dos chilenos, visto que foi o início de um governo autoritário com uma forte característica de repressão popular.

Um governo autoritário, como foi o de Pinochet, buscou eliminar as possíveis formas de oposição ou movimentos sociais com o objetivo de garantir a manutenção da ordem pública e, por isso, tornou-se muito comum o uso da força policial ou militar contra os civis que se posicionassem contra o governo (CAMARGO, 2011). Desde o começo da ditadura, Pinochet fez forte uso das instituições públicas, incluindo todos os ramos das forças armadas e da polícia que passaram a exercer coerção sobre a população, além de prisões e execuções. O Estádio Nacional do Chile, por exemplo, ficou conhecido como “Estádio da Morte”, pois tornou-se “palco” para o assassinato de milhares de civis que se opuseram à ditadura de Pinochet (CAMARGO, 2011). Com a tomada do poder por Pinochet, as forças armadas chilenas, portanto, passaram a ter novos objetivos somados aos seus objetivos tradicionais de defesa nacional:

As medidas tomadas pelo governo tinham como objetivo garantir a manutenção da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que era uma guerra interna contra a subversão, contra a insurgência, visando à unidade nacional além de combater um inimigo silencioso: o avanço comunista (CAMARGO, p. 117, 2011).

A censura à mídia e às universidades também foi uma característica marcante do regime de Pinochet. A imprensa foi fortemente controlada, com a proibição de qualquer conteúdo considerado crítico ao governo. O jornal “El Clarin”, por exemplo, que se apresentava como oposição ao governo militar, chegou a ter suas atividades encerradas

após o golpe. Em vias opostas, o jornal “El Mercurio”, que se posicionava a favor de Pinochet (o qual também acredita-se ter vendido informações para a Agência de Inteligência Americana - a CIA -, o que teria contribuído para o sucesso do golpe), permaneceu em atividade durante todo o período da ditadura (PACHECO e MENEZES, 2015). Não por coincidência, também, é conhecido que o dono do “El Mercurio”, Agustín Edwards Eastman, teve conexões diretas com a articulação do golpe, além de ter recebido cerca de 1 milhão de dólares do governo norte-americano durante o período da ditadura (PACHECO e MENEZES, 2015). A liberdade de expressão deixou de existir, visto que a população, diante da forte repressão popular, se via obrigada a aceitar as novas imposições do governo. Ao mesmo tempo, era muito forte o grau de manipulação da sociedade, visto que os meios de comunicação convencionais só eram aceitos se distribuíssem notícias que fossem a favor do governo.

O neoliberalismo que foi implementado no Chile, portanto, se deu através de um governo extremamente autoritário e opressor. Mas quais são as relações desse novo modelo econômico que surgiu em meados da década de 1970 e o autoritarismo? O autor Claudomiro Ramos Moreira (2023) discute isso em seu artigo “O autoritarismo do Estado neoliberal e seu impacto na democracia”. Segundo o autor, o neoliberalismo trouxe uma nova abordagem de gestão social, visto que apresenta uma busca muito forte por tornar os indivíduos submissos ao capital e, portanto, uma grande tendência autoritária por parte das autoridades que governam essas sociedades. Como já vimos, o princípio do neoliberalismo está na crença do livre mercado e, para que seja possível moldar a sociedade de acordo com os interesses do capital, o autoritarismo passa a ser uma estratégia importante, com uma sobressaliência das vias da coerção e da punição.

Moreira (2023) discorre que outro ponto muito importante do projeto neoliberal é a dominação da concorrência, que seria importante para manter o funcionamento do capitalismo, mesmo durante tempos de crise, que são muito comuns. Dessa forma, e como vimos no caso do Chile, há uma grande repulsa a ideias coletivistas, uma vez que o mais importante são os interesses individuais. Além disso, não seria necessário interferências externas na economia, pois o neoliberalismo deveria ser um modelo econômico “sem falhas”:

Do ponto de vista técnico racional, o neoliberalismo é uma teoria sem falhas visto que observa e respeita o desenvolvimento natural e espontâneo do livre mercado, se existem problemas relativos ao seu funcionamento, eles decorrem de certo distanciamento entre a “expectativa” criada pela teoria e a “realidade” concreta da ordem

social, que sofre interferências externas e nocivas ao ideal teórico (MOREIRA, 2023, p.5).

Essa forma de pensar se assemelha ao funcionamento de uma empresa, e gera mudanças radicais quando se inicia a transformar o papel do Estado na sociedade. Este passa a gerir a sociedade com outros objetivos: se antes era buscando o Estado de Bem-Estar social, agora ele enxerga as “populações e os indivíduos sob o ângulo mais estreito de sua contribuição e seu custo na competição mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 284, *apud* MOREIRA, 2023, p.5).

O resultado disso é simples: a sociedade passa a ser enxergada a partir de fatores econômicos e com a crença de que o livre mercado é capaz de reger todas as necessidades dos indivíduos. E é nesse contexto que o autoritarismo ganha força, pois o Estado, que agora não tem mais a função de prover as necessidades básicas da população, passa a ser responsável por garantir a implementação do projeto econômico neoliberal, forçando novas condutas e normas em cima da sua população (MOREIRA, 2023). O cidadão passa a ser visto como consumidor, o que relativiza ainda mais o papel do Estado, visto que entende-se que os direitos, que antes eram básicos, agora também são mercadorias que precisam ser adquiridas comercialmente por cada um. As consequências para a sociedade são severas visto que é “ instaurado o processo de constituição de um sujeito egoísta fechado em si mesmo, que vê na posse de dinheiro a efetivação de sua liberdade e respeito de seus direitos” (MOREIRA, 2023, p. 8). É por isso que se torna tão comum privatizações de empresas, principalmente aquelas relacionadas a esses direitos, como a saúde, educação e previdência.

Dessa forma, com a ascensão da dominação do capital frente à sociedade, inicia-se uma crise internacional das democracias e isso, segundo Moreira (2023), é uma consequência direta do surgimento do projeto neoliberal. A democracia, para defensores do neoliberalismo, seria uma ameaça à sociedade, pois a liberdade de expressão poderia criar barreiras para a implementação total do projeto econômico. Apenas uma forma mais “limitada” de democracia poderia dar certo, uma que se mantivesse “elitista e respeitosa dos mais altos princípios da livre-escolha individual e da propriedade privada, é, antes, um bem” (DARDOT ET AL, 2021, p. 47, *apud* MOREIRA, 2023, p.11).

Moreira (2023) também discorre que o autoritarismo não necessariamente se manifestará na forma de uma ditadura militar, como foi no caso do Chile, podem existir outras formas de autoritarismo, mas o resultado seria sempre o mesmo: o desgaste da

soberania popular e a ascensão das elites burguesas. Como o Estado passa a agir com o objetivo de garantir os interesses do capital (com a criação, inclusive, de leis que beneficiam grandes corporações frente às necessidades da sociedade), é necessário que ele seja forte o bastante para conter possíveis oposições dos indivíduos. Assim, “o resultado da estratégia neoliberal é amarrar a priori os limites da intervenção estatal, com base no objetivo de não enterrar o capital” (MOREIRA, 2023, p.12).

Dessa forma, a relação do neoliberalismo com o autoritarismo é que o segundo é usado como uma ferramenta para garantir que o interesse do capital seja elevado a principal. A democracia perde valor, mas não é totalmente excluída, visto que “para os neoliberais, o real problema é a intensidade de vida democrática, resultando no aumento da interferência da maioria nos assuntos estatais” (MOREIRA, 2023, p.13). A democracia, portanto, ainda pode existir, contanto que a sociedade, por sua vez, permita que o projeto neoliberal seja implementado. Caso contrário, se faz necessário aplicar níveis de autoritarismo, que dependem da resistência da sociedade.

O projeto neoliberal, portanto, defende a individualização da sociedade, fazendo com que os indivíduos deixem de ser primeiramente cidadãos, assumindo o papel de consumidores e empreendedores, estando sempre em uma posição de competição entre um e outro. No fim, o objetivo do neoliberalismo é garantir os interesses do capital e, na sua grande maioria, essa busca acaba por resultar na corrosão dos direitos da sociedade. Seja via democracia ou governos autoritários, o neoliberalismo segue em ascensão e expansão, contribuindo para a criação de sociedades utilitaristas, desiguais e despolitizadas.

CONCLUSÃO

O Chile, como vimos ao longo das páginas desse trabalho, foi o país que experimentou, pela primeira vez, a concretização das políticas baseadas nos princípios do neoliberalismo. Com o golpe militar comandado pelo General Augusto Pinochet, em 11 de setembro de 1973, deu-se início a 17 longos anos de profundas transformações na economia e na sociedade chilena.

O objetivo inicial da ditadura, de controlar o aumento da hiperinflação que assolava o país (que passava da casa de 600%) e de retornar a elevadas taxas de crescimento econômico foi, de fato, alcançado. Entretanto, a instauração de uma política econômica centrada nos interesses do capital e das elites gerou grandes

consequências para o país: o aumento da pobreza, da desigualdade social e da concentração da renda, o fortalecimento de setores da elite que se beneficiavam com a política econômica adotada e, inclusive, com as privatizações, a manutenção do Chile como país agro-exportador, que permaneceu com a balança de pagamentos altamente dependente da exportação de minério, principalmente o cobre, sem ter alcançado níveis expressivos de desenvolvimento de outros setores industriais. Foi, sem dúvida, um período marcado por muitas contradições, visto que na medida que embora tenha gerado crescimento econômico (ainda que limitado e inconstante, dado a grande vulnerabilidade da economia chilena a choques externos), não foi capaz de gerar desenvolvimento econômico.

Houve também uma grande transformação do papel do Estado. Se antes durante os “anos dourados”, o Estado tinha um papel central de atender os interesses e necessidades da população, por meio da garantia dos seus direitos básicos (como a saúde, educação e a previdência social), no modelo neoliberal implantado o Estado passou a gerir os interesses do capital.

Com a forte onda de desregulamentação financeira, e a dominação do pensamento do livre-mercado, o Estado não deveria mais desempenhar qualquer tipo de interferência na economia, incluindo qualquer esforço para garantir o bem-estar da população. Este foi um forte contraponto ao que se assistiu nos EUA e na Europa no pós segunda-guerra mundial, onde o Estado de Bem-Estar Social garantiu as bases para a reconstrução desses países e a ascensão dos mesmos como potências desenvolvidas e industriais. Para os países da periferia, entretanto, o problema era ainda mais grave. Além de garantir as condições para a plena acumulação do capital internacional também era necessário garantir a dominação da hegemonia norte-americana, e o fortalecimento dos Estados com a ascensão da estratégia nacional-desenvolvimentista, significava uma ameaça para tais interesses..

O autoritarismo, nesse contexto, também desempenhou um papel importante para garantir a expansão do neoliberalismo. Nessa nova etapa do capitalismo internacional, era preciso, a qualquer custo, garantir a vitória da hegemonia do capital e dos interesses das elites, e a resistência da população não poderia representar um obstáculo para tal objetivo. Os altos níveis de repressão que vimos não só no Chile - mas também nas outras ditaduras que se alastraram ao longo da segunda metade do século XX pela América Latina- demonstram que estávamos presenciando uma verdadeira crise da democracia no continente: governos democráticos só seriam aceitos

se conseguissem assegurar que a sociedade caminhasse ao encontro dos interesses hegemônicos, o que, por si só, seria difícil, uma vez que tais interesses somente se viabilizam às custas dos interesses sociais. Em caso contrário, como a experiência chilena nos mostrou, tais governos não serviriam para aquele momento e deveriam ser substituídos por governos que fizessem o que precisava ser feito.

O que vimos no Chile, portanto, foi o início de um experimento que hoje já se alastrou pelo mundo. As políticas implementadas pelo Governo Pinochet, baseadas nos princípios neoliberais e defendidas pelos então chamados “Chicago Boys”, na medida que contribuíram para a desregulamentação do mercado chileno e pela privatização de setores responsáveis pela implementação de políticas sociais produziram uma enorme desigualdade social, e garantiram, também, que os interesses do grande capital internacional ampliasse o seu poder sem limitações representadas por um Estado nacional-desenvolvimentista.

Esse conjunto de políticas, que hoje em dia se tornaram usuais e que continuam sendo adotadas mundo afora, tais como abertura comercial, abertura financeira, liberalização da conta de capitais, adoção de processos de privatizações, diminuição das regulamentações para empresas e um rígido controle dos gastos públicos que vem produzindo o aumento da pobreza e da desigualdade e colocando em xeque as frágeis democracias dos países do sul global.

Essa mesma receita neoliberal continua em alta mesmo 50 anos após o golpe de Pinochet e mesmo depois que suas desastrosas consequências sobre a sociedade chilena já são do conhecimento de todos. Como vimos ao longo deste trabalho, tal receita é incapaz de garantir um desenvolvimento econômico sólido, e que deixou, e continuará deixando os países periféricos, como os países latino-americanos, reféns dos interesses dominantes na economia mundial e das flutuações do capital internacional.

Continuarmos adotando o receituário neoliberal, depois de tantas experiências, dentre as quais a emblemática experiência chilena, é reforçar nossa posição subalterna de país primário-exportador, sem autonomia e soberania no âmbito internacional e produzindo altas taxas de pobreza e desigualdade social ao transformar direitos em mercadorias e cidadãos em consumidores

Mas, quem sabe, para os defensores e promotores do neoliberalismo, talvez esse tenha sido o verdadeiro objetivo desde o seu começo no Chile.

REFERÊNCIAS

AGACINO, Rafael R. Cinco ecuaciones “virtuosas” del modelo económico chileno y orientaciones para una nueva política económica. CEME - Centro de Estudios Miguel Enríquez, Archivo Chile, 1996.

ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo” In: Sader, Emir e Gentili, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994

BELLUZZO, L. G. de M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 11–20, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643205>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Antigo Ao Novo Desenvolvimentismo Na América Latina. Texto para discussão. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV-EESP 274. 2010

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? Pesquisa e Planejamento Econômico, 21, 1991, p. 3-23

CAMARGO, Cássio Michel dos Santos; ALVES, Rafael Souza. Ditadura, repressão e música no Chile. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.3, n.2, agosto-2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/oficinadohistoriador/article/view/8861/6471> Acesso em: 17 de novembro de 2023.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A falsa via chilena: lógica, contradições e limites do modelo. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n. 15, p. 34-61, 2004.

FARIAS, Marina Moreno de; SEIXAS, Camila Gonzaga. El Neoliberalismo nace y muere en Chile: Um estudo de caso das políticas econômicas neoliberais na periferia do Sistema Internacional. Revista Cadernos de Relações Internacionais vol. 1, 2021.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Entre el Neoliberalismo y El crecimiento con Equidad: Tres décadas de política económica en Chile, 2001, vol. 2.

GASPAR, Ricardo Carlos. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. Cad. Metrop. [online]. 2015, vol.17, n.33, pp.265-296.

GIMENEZ, Denis Maracci. A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil. 2007. Tese (doutorado em Ciência Econômicas) – Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

GONÇALVES, Renata da Silva. A CEPAL dos anos 50 e sua influência no pensamento político brasileiro. Pensamentos Plural. Pelotas, 15, 2014, p. 115-131.

HOBBSBAWM, Eric. “Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991”. 2. Ed. Tradução Marcos Santarita. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

KLEIN, Naomi. A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo de Desastre. [S. l.]: Nova Fronteira, 2007. v. 1a.

LIRA, Francisco Roberto Fuentes Tavares de. DO SOCIALISMO AO NEOLIBERALISMO: O CHILE DOS ANOS 1970. Vitrine da Conjuntura, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 1-9, 1 ago. 2010.

MOREIRA, Claudiomiro Ramos. O autoritarismo do Estado neoliberal e seu impacto na democracia. Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social. Disponível em: file:///C:/Users/Ma%C3%ADra%20Basso/Downloads/O%20autoritarismo%20do%20Estado%20neoliberal%20e%20seu%20impacto%20na%20democracia%20-%20Claudomiro%20(1).pdf. Acesso em: 17 de novembro de 2023.

OLIVEIRA, Giuliano Contento; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. Pesquisa & Debate, SP, vol. 19, n. 2, 2008, pp. 195-219.

PACHECO, Vitória Trescastro; MENEZES, Eduardo Silveira de. A influência da mídia na ditadura chilena: Clarín e El Mercurio sob a perspectiva dos aparelhos ideológicos de estado. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Joinville - SC – 04 a 06/06/2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2015/resumos/R45-0048-1.pdf> Acesso em: 17 de novembro de 2023.

ROJO, Sebastián Andrés Rumié. Chicago Boys en Chile: neoliberalismo, saber experto y el auge de una nueva tecnocracia. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, [S. l.], n. 235, p. 139-164, 12 jun. 2018.

TRASPDINI, Roberta Sperandio; MANDARINO, Thiago Marques. Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura? ST 02: O pensamento social latinoamericano e os desafios do século XXI, 2013.

TRINTIN, Jaime Graciano; ROSSONI, Sandra dos Reis M.. Os anos dourados do capitalismo: breve abordagem sobre o crescimento capitalista. Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR. 1999, vol. 7, n.27, pp.49-60.

World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files, 2023.